



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARINARA FERREIRA SANTOS

**MAPEAMENTO DA TEMÁTICA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO
NO GT5 DO ENANCIB**

MARINARA FERREIRA SANTOS

**MAPEAMENTO DA TEMÁTICA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO
NO GT5 DO ENANCIB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina, para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Terezinha Elisabeth da Silva.

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S237m Santos, Marinara Ferreira.

Mapeamento da temática política de informação no GT5 do Enancib / Marinara Ferreira Santos. - Londrina, 2021.
94 f. : il.

Orientador: Terezinha Elisabeth da Silva.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Política de Informação - Tese. 2. Representação temática - Tese. 3. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação - ENANCIB - Tese. I. Silva, Terezinha Elisabeth da . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 02

MARINARA FERREIRA SANTOS

MAPEAMENTO DA TEMÁTICA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NO GT5 DO ENANCIB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina, para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Terezinha Elisabeth da Silva
Orientadora
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Brígida Maria Nogueira Cervantes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Thiago Gomes Eirão
Câmara dos Deputados

Londrina, 27 de outubro de 2021.

Aos meus pais, Maria e Valdeci.

SANTOS, Marinara Ferreira. **Mapeamento da temática política de informação no GT5 do Enancib**. 2021. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciência de Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

Introdução: Apresenta a Política de Informação (PI) em uma breve revisão de literatura, envolvendo outras temáticas. No Brasil, a partir do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação (Enancib), busca-se identificar a PI nos trabalhos apresentados nesta comunidade científica. **Objetivo:** Caracterizar a produção científica da temática Política de Informação no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) 5 do Enancib. **Metodologia:** pesquisa bibliográfica, documental com caráter exploratório, descritiva e abordagem quantiquantitativa, tendo o uso da Análise de Domínio e Análise de Conteúdo como recurso para análise dos dados. **Resultados:** identificou-se que os conceitos sobre PI no GT5 do Enancib estão atrelados a diversos assuntos, na Análise de Conteúdo identificou-se a categoria Avaliação a partir das unidades de palavras contidas nos conceitos de PI, já com a Análise de Domínio destaca-se a inconsistência terminológica sobre os aspectos de autoria, instituições e palavras-chaves. **Conclusões:** Ressalta-se a importância da padronização terminológica para representação, organização e recuperação das informações sobre PI no GT5 do Enancib. Percebeu-se que os estudos da área da PI do GT5 estão em consonância a realidade social do país, e apesar disto, a conceituação da PI no Brasil é algo recente e implícita, tendo muitas vezes o pesquisador que recorrer às pesquisas de outras nacionalidades.

Palavras-chave: política de informação; representação temática; encontro nacional de pesquisa em ciência da informação – enancib.

SANTOS, Marinara Ferreira. **Mapping the information policy theme in Enancib's GT5**. 2021. 93 p. Dissertation (Master in Information Science) - State University of Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

Introduction: Presents the Information Policy (IP) in a brief literature review, involving other themes. In Brazil, from the National Meeting of Research in Information Science (Enancib), we seek to identify a PI in the works in this scientific community. **Objective:** To characterize the scientific production of the Information Policy theme within the scope of the Enancib Working Group (WG) 5. **Methodology:** bibliographical research, documentary with an exploratory, descriptive and quanti-qualitative approach, using Domain Analysis and Content Analysis as a resource for data analysis. **Results:** it was identified that the concepts of IP in the Enancib WG5 are linked to several subjects, in Content Analysis the category Assessment was identified from the units of words contained in the concepts of IP, with Domain Analysis highlighted. if the terminological inconsistency on the aspects of authorship, institutions and keywords. **Conclusions:** The importance of terminological standardization for the representation, organization and retrieval of information about the IP in WG5 of Enancib is highlighted. It was noticed that the studies in the WG5 IP area are in line with the social reality of the country, and despite this, the concept of IP in Brazil is something recent and implicit, with researchers often having to resort to research from other nationalities.

Key words: information policy; thematic representation; national meeting of research in information science - enancib.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Concept map of the field of information policy.....	22
Figura 2	–	Information policy sub-domains.....	22
Figura 3	–	Conteúdos da política de informação	24
Figura 4	–	Resultado da busca avançada	40
Figura 5	–	Autores e número de publicações	59
Figura 6	–	Palavras-chave 2005.....	62
Figura 7	–	Palavras-chave 2006.....	62
Figura 8	–	Palavras-chave 2007.....	63
Figura 9	–	Palavras-chave 2008.....	63
Figura 10	–	Palavras-chave 2009.....	64
Figura 11	–	Palavras-chave 2010.....	64
Figura 12	–	Palavras-chave 2011.....	65
Figura 13	–	Palavras-chave 2012.....	66
Figura 14	–	Palavras-chave 2013.....	66
Figura 15	–	Palavras-chave 2014.....	67
Figura 16	–	Palavras-chave 2015.....	68
Figura 17	–	Palavras-chave 2016.....	68
Figura 18	–	Palavras-chave 2017.....	69
Figura 19	–	Palavras-chave 2018.....	70
Figura 20	–	Palavras-chave 2019.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Vinculação institucional dos autores	56
---------------------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados da pesquisa	42
Tabela 2 – Frequência de palavras nos conceitos de PI.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução histórica do GT5	36
Quadro 2 – Variações conceituais e categorias	46
Quadro 3 – Abordagens da Análise de Domínio	51
Quadro 4 – Autores citados para definir PI	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
AC	Análise de Conteúdo
ANPD	Autoridade Nacional de Proteção de Dados
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
C&TI	Ciência, da Tecnologia e da Inovação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCN	Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas
CI	Ciência da Informação
CNCTI	Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
EG/FJP	Escola de Governo da Fundação João Pinheiro
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUMEC	Fundação Mineira de Educação e Cultura
GT	Grupo de Trabalho
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICTS	Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
LAI	Lei de Acesso à Informação
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
ORCID	Open Researcher and Contributor ID
PI	Políticas de Informação
PUC	Pontifícia Universidade Católica

TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UniABC	Universidade do Grande ABC
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAMPO DE ESTUDO: POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO	18
2.1	ESTADO INFORMACIONAL E REGIME DE INFORMAÇÃO	24
3	POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NO BRASIL	27
3.1	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ).....	27
3.2	INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD).....	28
3.3	LIVRO VERDE.....	29
3.4	LIVRO BRANCO	30
3.5	LIVRO AZUL	31
3.6	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI)	32
3.7	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)	33
4	GRUPO DE TRABALHO 5 POLÍTICA E ECONOMIA DA INFORMAÇÃO DO ENANCIB	35
5	METODOLOGIA	39
5.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	39
5.2	DELIMITAÇÃO E CORPUS DA PESQUISA	39
6	DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
6.1	ANÁLISE DE CONTEÚDO	44
6.2	ANÁLISE DE DOMÍNIO.....	50
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS	75
	APÊNDICE	80
	APÊNDICE A – Coleta de citações.....	81

1 INTRODUÇÃO

Documentar e registrar a informação e o conhecimento foi primordial para a evolução humana, a velocidade de produção da informação é proporcional à sua disponibilização e acesso.

Devido ao valor da informação científica, a divulgação do conhecimento e de pesquisas é um caminho de troca e desenvolvimento que beneficia pesquisadores e sociedade.

A Ciência da Informação (CI) possibilita que as dinâmicas individuais e sociais sejam compreendidas a partir da informação que permeia estas relações, ampliando-se então a comunicabilidade entre Estado e sociedade. Este cenário é diretamente influenciado pelo surgimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC), pois proporciona novas perspectivas para as dinâmicas sociais, econômicas e políticas contemporâneas. Segundo Braman (2006), a cada inovação da TIC, há uma nova influência na comunidade e, em consequência, também na Política de Informação (PI).

Para melhor compreender a PI, podemos encontrar na literatura diversas discussões acerca do termo política e informação, por ambos terem caráter polissêmico. É então importante destacar as abordagens elencadas neste trabalho.

De origem grega, a palavra política (*politikós*) manifesta os grupos que, além de integrarem a polis (cidade) também eram livres nas deliberações sobre o rumo da sociedade, de forma organizada e direcionada, havendo uma relação com a administração e normalização da convivência entre diferentes cidades-estados.

Deste modo, a política tem enraizada em si as concepções de luta e poder que acontecem nos diferentes contextos sociais. No senso comum está atrelada às dificuldades da prática da política na sociedade como campanhas eleitorais, propaganda política, má conduta de políticos, dentre outros, ocasionando repulsa dos cidadãos em discutir o assunto. Outra vertente relaciona-se aos aspectos administrativos a partir das leis, normas, regulamentos.

Uma vez que se vive em sociedade, a política dimensiona o cotidiano social por acompanhar as mudanças das realidades desde seu surgimento, em que os seres humanos convivendo entre si criam melhores condições para exercerem a cidadania. Considerando que as políticas são criadas para a sociedade, ou seja, um

coletivo de pessoas, revela-se a importância da participação ativa dos cidadãos nos estudos e desenvolvimento destas políticas, ressignificando os estereótipos existentes que impedem o interesse sobre o assunto.

Assim como a política, a informação vinculava-se aos documentos, à documentação e à Biblioteconomia, em que o suporte físico era necessário para sua criação. Este aspecto é transformado a partir das tecnologias que aumentam as possibilidades de criar, acessar e compartilhar a informação sem precisar necessariamente de sua materialidade. Surge a ideia de que informação é poder, tornando-se necessárias maneiras de se traçar planos para concretizar ações, emergindo então as PI que irão direcionar o fluxo informacional desde sua criação à privacidade, ou disseminação/exclusão da informação.

Na comunidade científica um dos meios de disseminação da informação são os eventos científicos, que se tornaram instrumentos de criação, promoção, organização e fortalecimento do ciclo e difusão do conhecimento. Os eventos contribuem socialmente, pois são ambientes de comunicação inseridos no cotidiano das relações humanas, permitindo que as informações estejam acessíveis a qualquer indivíduo, influenciando no ritmo de produção do conhecimento.

Na CI brasileira, há um evento de impacto nacional, o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), criado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). A ANCIB é uma sociedade sem fins lucrativos que objetiva o acompanhamento e incentivo de atividades de pesquisa, de pós-graduação e profissionais na área da CI, sendo referência para discutir importantes questões e decisões da área (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2019). A primeira edição do evento ocorreu em 1994 na cidade de Belo Horizonte e, desde então, acontece anualmente em sedes rotativas no Brasil. Estruturado a partir de Grupos de Trabalho (GT) específicos, que abordam diferentes assuntos pertinentes à CI, o Enancib constitui-se de 11 GTs, sendo eles: GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação; GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento; GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação; GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento; GT 5 – Política e Economia da Informação; GT 6 – Informação, Educação e Trabalho; GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação; GT 8 – Informação

e Tecnologia; GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação; GT 10 – Informação e Memória; e GT 11 – Informação & Saúde.

Com o surgimento do GT5, a PI dentro da CI destaca-se pela diversidade de subáreas e temas, ocasionando a dificuldade de encontrar um consenso sobre sua conceituação. Deste modo, há necessidade de estudos na área que caracterizem e aprofundem o conhecimento científico, visando o desenvolvimento do campo da PI dentro da CI.

As relações sociais existente anteriormente aos anos atuais, já não são condizentes com as condições e necessidades da sociedade de hoje, o que altera o enfoque da comunidade, a cultura e a forma de consumo das informações. Isto posto, a PI é uma área interdisciplinar e, como tal, não é um campo de conceituação fácil.

Em razão disso, destacam-se algumas questões a serem investigadas na presente pesquisa: Como tem se desenvolvido o campo de pesquisa da PI desde o surgimento do GT5 no Enancib? Os conceitos utilizados pelos autores se modificaram com o decorrer dos anos? Quais as temáticas e tendências do campo?

Na literatura é possível encontrar pesquisas desenvolvidas no decorrer dos anos, com recortes temporais, relacionadas às PI no âmbito do GT5 do Enancib, que demonstram quais os assuntos abordados e estudados pela comunidade científica. Porém, há carência de pesquisas que abordem a temática em seu aspecto conceitual e que cubram todos os períodos de existência do GT5. Este trabalho surge da necessidade de se realizar estudos conceituais sobre PI no âmbito do GT5 do Enancib, em todas as edições do evento.

O objetivo geral desta pesquisa é: Caracterizar a produção científica da temática Política de Informação no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) 5 do Enancib. E tem por objetivos específicos:

1. Levantar os trabalhos sobre Políticas de Informação publicados no GT 5 do Enancib em todas as edições;
2. Verificar os termos e conceitos abordados sobre a Política de Informação nos trabalhos recuperados;
3. Caracterizar a natureza dos trabalhos sobre a Política de Informação apresentados no GT 5 do Enancib; e
4. Analisar diacronicamente as temáticas identificadas bem como as tendências do campo.

Com o desenvolvimento desta pesquisa, espera-se obter informações conceituais sobre PI averiguando se os conceitos clássicos são majoritários, ou se há ou houve criação de novos conceitos na área no decorrer dos anos. Uma área que estuda a si mesma nada mais faz que a criação de meta conhecimento, que segundo González de Gómez (2001, p. 11) são “Novas formas de produção de sentido”, sendo uma das opções o uso da bibliometria, infometria e cientometria (POLANCO, 1995).

Além disso, almeja-se que o presente estudo possa contribuir para a comunidade científica de modo que os pesquisadores e estudantes da CI possam obter melhor entendimento sobre a área. Também possui relevância institucional, pois a partir deste estudo podem surgir futuras pesquisas com reflexões acerca da PI. Novas perspectivas sobre o assunto dentro do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina e no Enancib poderão ser desenvolvidas, pois a PI está presente no cotidiano das relações humanas, sendo possível uma melhor compreensão do impacto deste conhecimento nos mais diversos âmbitos da vida da sociedade.

Uma breve revisão de literatura acerca da temática PI é abordada na primeira seção presente trabalho, ficou explícito que desde o seu surgimento, a PI está correlacionada a diversos outros assuntos. A partir do uso das tecnologias na sociedade, o Estado deixa de ser burocrático e passa a ser considerado Estado informacional, estas tecnologias influenciaram também os regimes de informação, por isso, este assunto é discutido posteriormente na subseção de PI.

Considerando que a temática PI em questão deste trabalho é no Brasil, discorreu-se na terceira seção algumas das PI brasileiras, foram respectivamente: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ); Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD); Livro verde; Livro branco; Livro azul; Lei de Acesso à Informação (LAI); e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Na quarta seção, foi descrito sobre o GT5 do Enancib para contextualizar sobre a área de foco desta pesquisa. Posteriormente, discutiu-se sobre a metodologia adotada sendo especificado a caracterização da pesquisa, a delimitação e corpus do tema, seguido pela discussão dos resultados a partir da perspectiva da Análise de Conteúdo e Análise de Domínio.

A partir da Análise de Conteúdo, foi possível identificar que dentre as unidades de palavras contidas nos conceitos identificadas, as categorias de Pasek

(2015) não abrangeu todas as unidades, foi então criada a categoria de Avaliação, pois a sociedade se transforma constantemente e a PI precisa acompanhar e abranger estas mudanças, sendo necessária uma Avaliação das políticas.

Complementando a pesquisa, os resultados obtidos sob a perspectiva da Análise de Domínio em que foram utilizados simultaneamente os Estudos bibliométricos, Estudos históricos e Estudos terminológicos, da qual ficou explícito que a PI, assim como na revisão de literatura deste trabalho, está relacionada a diversos outros eixos temáticos.

Na sétima e última seção, nas considerações finais destaca-se a importância do uso de instrumentos de controle visando a padronização terminológica dos metadados, e a relevância de averiguar a PI em outros ambientes de estudo. Em seguida, apresenta-se as referências utilizadas e o apêndice.

2 CAMPO DE ESTUDO: POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

A Política de Informação (PI) emergiu nas últimas décadas do século XX, marcando a mudança da sociedade industrial para a sociedade de informação (BRAMAN, 2011).

Na década de 1950, países do ocidente iniciam a construção de Políticas de Informação para impulsionar a ciência, visando o aprimoramento científico e tecnológico (SILVA, 1993). A corrida espacial foi um elemento impulsionador da ciência e fato de destaque ocorre quando países desenvolvidos em pesquisas científicas foram surpreendidos com o primeiro satélite artificial lançado pela União Soviética em 1957, o *Sputnik*, induzindo o governo dos Estados Unidos a concluir que a comunicação científica não estava sendo bem disseminada mundialmente (CACALY, 1990; BROWNE, 1997).

Em razão disso, os Estados Unidos publicaram, em 1963, o documento *Weinberg Report* (SCIENCE, GOVERNMENT, AND INFORMATION, 1964), que apresenta uma Política de Informação científica e tecnológica com aspectos amplos, que associam a ciência e tecnologia como meios de influência e soberania, traçando o caráter estratégico da PI (PINHEIRO, 2010). O termo PI foi utilizado pela primeira vez pelos governos com a finalidade de comunicar os esforços durante a Primeira Guerra Mundial, através da publicidade. Durante as décadas de 1970 e 1980 é banalizada por governos que elaboram políticas nacionais de informação muito vastas, criando ideia de política baixa, desqualificando a importância da área. Esta perspectiva foi se transformando quando os líderes políticos compreenderam que a informação afeta leis e regulamentos, existindo abrangente relevância estratégica, colocando a PI em um patamar da alta política (BRAMAN, 2011).

Todavia, a PI para além do aspecto estratégico e militar, passa a se destacar no âmbito político por promover o desenvolvimento científico e tecnológico na sociedade (CASTELLS, 1999; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; AUN, 2003).

Com a Segunda Guerra Mundial há uma corrida para o avanço das pesquisas científicas e dos artefatos utilizados para armazenar, tratar e disseminar a informação, o que culmina, nos anos seguintes, com o desenvolvimento das áreas da eletrônica, da computação e da internet, surgindo então, a conhecida Teoria

Matemática da Comunicação, período este em que emerge a Ciência da Informação (CI) e relaciona-se diretamente à PI.

A PI tem dois enfoques de estudo de revisão de literatura, uma mais estrita, com foco na frase "PI", traça a história da área de forma mais direta e curta, caso este quase que exclusivo da CI. Outra vertente com enfoque no assunto, o que possibilita ser muito mais amplo, estando a PI em diversos âmbitos históricos contemporâneos (BRAMAN, 2011).

É possível identificar as PI sob duas perspectivas, a primeira diz respeito à utilidade da informação em relação ao aspecto regulatório, enquanto a segunda refere-se à função social. Na primeira concepção, podemos considerar a Política de Informação como um conjunto de preceitos e orientações que, embasados numa norma, visam determinar ações para uma finalidade (LEMOS, 1990).

A PI é um conjunto de regras, leis, diretrizes, regulamentos que visam orientar a criar, gerenciar e usar as informações (JAEGGER, 2007) que compreende a legislação, regulamentos e posicionamentos doutrinários, tomadas e práticas de decisões para a sociedade, envolvendo processos desde a criação e uso da informação (BRAMAN, 2011). Mas Braman (2011) complementa, delimitando que para a criação, processamento, fluxos, acesso e uso de informações é importante analisar cinco domínios de avaliação para verificar uma PI: 1) validade; 2) abrangência; 3) solidez teórica; 4) metodologicamente operacionalizável e; 5) traduzível. Validade, pois este requisito demonstra que a PI está presente nos diversos instrumentos legais, como tratados às decisões de Suprema Corte, possibilitando que seja estudada tanto a história da PI quanto as propostas de lei atuais; abrangente por possibilitar que assuntos implícitos na PI sejam destaque, evidenciando um impacto constitutivo, por exemplo: "[...] controles de exportação, censo e regras para sistemas de contabilidade." (BRAMAN 2011, p. 3); metodologicamente operacionalizável, em virtude da flexibilidade que a PI possui em ser incorporada nos mais diversos métodos de pesquisa; e por fim, traduzível por propagar-se da área jurídica até a cultura popular.

O segundo aspecto já não traz tanto a concepção regulatória, mas a função social, fazendo com que a PI passe a ter uma nova dimensão por refletir as necessidades, particularidades e contextos da sociedade (VARGAS; PINHEIRO, 2009). Nessa acepção, o jogo democrático entre o Estado e a sociedade será revelado

a partir do desenvolvimento da PI, pois sua produção, estoque e disseminação são fatores que demonstram esta relação (JARDIM; MARCONDES, 2003).

Para Law (2000) o Estado deve ser responsável pela criação de um ambiente regulatório que seja benéfico, por mobilizar o capital humano e fornecer acesso à infraestrutura comunicacional de qualidade para todos. Além disso, é incumbência essencial do Estado que a educação chegue a todas as classes sociais, grupos culturais e gêneros. Portanto, para haver garantia de que a sociedade esteja preparada para a Sociedade da Informação, é necessário o desenvolvimento dos cidadãos para esta realidade de modo que se sintam amparados e satisfeitos economicamente, tornando-se possível a partir da criação de políticas de informação.

Considerando a relação entre Lei - Estado - Sociedade, a PI deve considerar: decisões formais (relacionado a processos decisórios e entidades governamentais); decisões formais e informais (relacionada a tomada de decisões, e entidades do setor público e privado de governança); e tendências culturais da "[...] governamentalidade que sustentam e possibilitam a governança e o governo." Um exemplo dos aspectos supramencionados é a lei de direitos autorais, que nasceu da necessidade de o governo ceder à pressão do setor privado devido aos hábitos culturais de supostos infratores dos direitos autorais, desta forma a Internet passa a ser uma potência para o Estado identificar culpados antes mesmo da existência de um processo jurídico (BRAMAN, 2011, p. 4).

Para Law (2000) há três aspectos desafiadores para se pensar na criação de uma PI:

First, the management of things; Second, the management of relationships; Third, the management of perceptions. If we are to create a brave new world its relevance has to be seen and understood by all. It is not enough to fill our educational system with computers or to build a network. We need a vision of what kind of society we are trying to create (LAW, 2000, p. 329).

Complementando, deve haver clareza sobre as concepções de uso e função das tecnologias na sociedade, pois a capacidade de percepção sobre questões humanas e sociais vai além do uso da tecnologia propriamente dita. Logo, a educação deve estar em consonância da organização social, para que em conjunto haja visão e desenvolvimento da sociedade, pois somente as máquinas e as tecnologias não irão suprir as necessidades da humanidade (LAW, 2000).

A PI deve dar suporte para que as tomadas de decisões, atividade política e discurso público estejam alinhados as ações sociais práticas, manter estreitamento das relações do mundo em que vivemos, dialogando sobre os interesses comuns e individuais em consonância com a participação das decisões políticas são importantes para que a PI abranja toda sociedade (BRAMAN, 2011).

Diante do exposto, podemos afirmar que a sociedade e o contexto em que a PI está inserida e é desenvolvida são de suma importância para sua existência e funcionalidade. Portanto, relaciona-se diretamente com outros campos do conhecimento.

Dentre as temáticas estudadas na PI, Moore (1990) considera quatro categorias gerais importantes: questões legislativas e regulatórias, (por exemplo: direito de proteção de dados, direito a propriedade intelectual); questões macroeconômicas, (crescimento do setor informacional em relação aos outros países e os investimentos na área); questões organizacionais, (uso informacional como recurso de produtividade, gestão); e, questões sociais, (qualidade informacional, necessidade, acesso e uso da informação). Em que estas podem ser analisadas na perspectiva industrial, organizacional e social. Braman (2011) destaca um estudo de 2010 que investigou a expressão "políticas de informação" em periódicos científicos, em que mais de 60 revistas continham diversos assuntos relacionados, sendo eles:

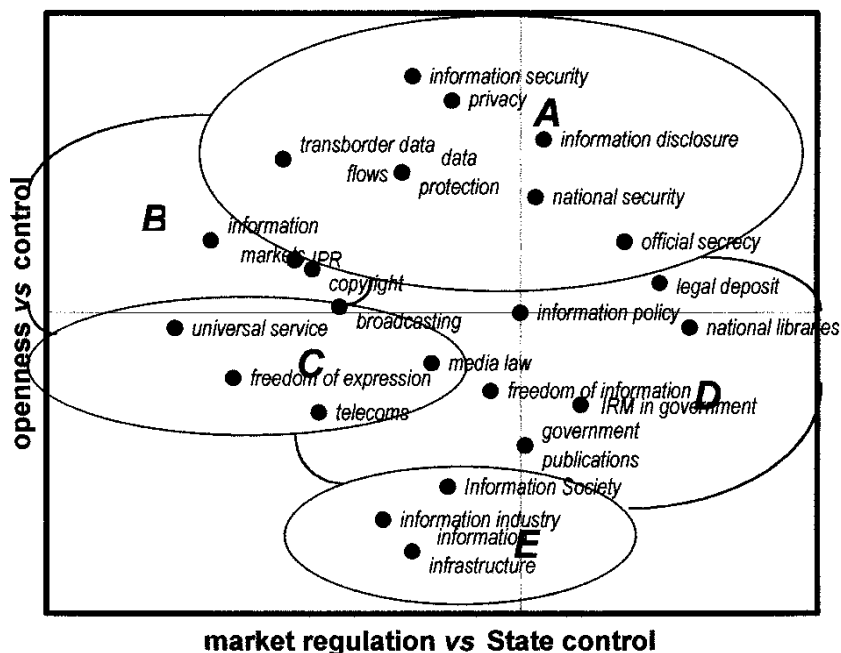
[...] business and management, health, energy, economics and economic development, food policy, intelligence, regional studies, sociology, crisis management, environmental protection and ecology, marketing, the humanities, public opinion, regional studies, computer science, national security, philosophy, biotechnology, and organizational sociology as well as to-be-expected subjects such as government and public administration, information science, library science, communication, and science and technology studies (BRAMAN, 2011, p. 2).

Silva e Pinheiro (2011) destacam os relacionamentos da PI com outras políticas, como: desenvolvimento econômico, científica, cultural, educacional, comunicação, internacional. Devido ao avanço e presença das tecnologias, é possível também ressaltar algumas vertentes atuais da PI, como desinformação, *fake news*, e-acessibilidade, *e-science*, *big data*, conforme mencionado por Silva e Eirão (2019).

Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2002) fazem o mapeamento dos termos da PI em periódicos em que os termos identificados foram relacionados e

categorizados. Os conceitos analisados estão dispostos em um mapa, em que no eixo X apresenta o Estado na PI como “regulação de mercado vs controle do Estado”, enquanto no eixo Y “abertura vs controle”.

Figura 1 – Concept map of the field of information policy



Fonte: Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2002, p. 33)

Verifica-se a informação controlada pelo mercado, ou seja, possui consigo um valor econômico, como também a partir das políticas públicas, é controlado pelo setor público. A partir disso, os autores destacam *clusters* que representam subdomínios da PI, conforme Figura 2 abaixo:

Figura 2 – Information policy sub-domains

Cluster	Label	Interpretation
A	Information protectionism	Regulations and mechanisms controlling information access and disclosure in the public sphere (e.g. official secrecy) and in information markets (e.g. data protection)
B	Information markets	Laws and regulations which protect investment in the creation of information content (e.g. copyright) and enable market exchange to take place
C	Broadcasting and telecommunications	Public policies which regulate the mass media and communications, balancing commercial and citizen interests (e.g. universal access)
D	Public access to official information	Policies and regulations which frame citizens' access to information held within government (e.g. freedom of information)
E	Information Society and infrastructure	Public policy measures to invest (or encourage private sector investment) in the information infrastructure, broadly defined

Fonte: Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2002, p. 33)

Importante destacar que os conceitos mapeados possibilitam vislumbrar que a PI possui aspectos variáveis sobre os mesmos assuntos e permeiam também outras reflexões, prova disto é que as perspectivas de sobre um aspecto específico, a partir da análise conforme eixo x ou eixo y, o resultado possui características completamente diferentes e peculiares (ROWLANDS; EISENSCHITZ; BAWDEN, 2002, p. 33). Pode-se observar que os autores evidenciam determinados temas como privado ou público, controle governamental ou mercado, dicotomias estas que perpassam a área e que vêm sendo aprofundadas por outros estudos.

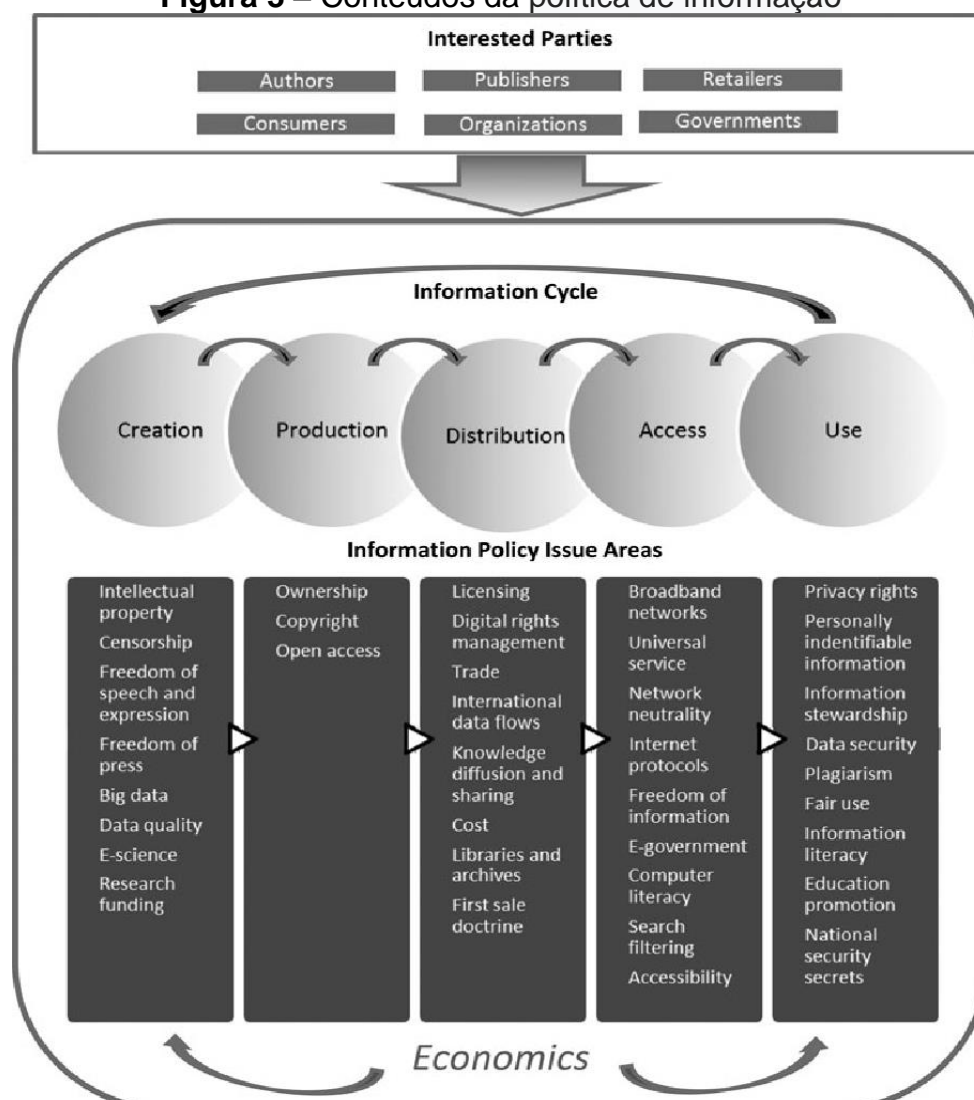
Pasek (2015), por exemplo, propôs um modelo (Figura 3) que permite verificar a Política de Informação em seus três níveis relacionais, sendo:

- no primeiro as partes interessadas/envolvidas;
- o segundo demonstra o ciclo informacional que se retroalimenta;
- o terceiro nível abrange todos os motes de acordo com cada fase do ciclo informacional.

Neste sentido, as partes interessadas estarão inseridas no ciclo informacional, e sustentado pela Economia. De acordo com a autora, apesar de implícita, a Economia está diretamente relacionada à PI, afetando assim os cinco parâmetros, que são potencializados pelo uso das tecnologias.

Esta configuração da PI não é estática. Portanto, apesar de categorizadas, as informações podem transitar entre outras etapas do ciclo, pois o surgimento de problemas em um âmbito pode ocasionar a interferência em algum momento numa outra etapa adjacente.

Um exemplo que a autora destaca é sobre o direito autoral, que mesmo posto na etapa de produção, por estar atrelado a uma mercadoria de informação conforme é produzida, esta proteção afeta diretamente a forma com que o item é distribuído, acessado, utilizado e/ou reutilizado.

Figura 3 – Conteúdos da política de informação

Fonte: Pasek (2015, p. 291).

É notório que, como a dinamicidade da PI está nos mais diversos ambientes existentes, vislumbra-se outras temáticas essenciais para sua existência buscando compreender sua materialidade na sociedade a partir do Estado informacional e do regime de informação.

2.1 ESTADO INFORMACIONAL E REGIME DE INFORMAÇÃO

Uma vez que as decisões são influenciadas pelas tecnologias, os Estados afastam-se do modelo de Estado burocrático e aproximam-se da ideia de Estado Informacional. E assim usufruem no exercício do poder, o controle, tratamento, fluxo e utilidade das informações de maneira explícita e coerente, dialogando com as tecnologias e inovações (BRAMAN, 2006).

Todavia, a política deve ter nexos com a informação, o que é demonstrado pela incorporação no âmbito do Estado como elemento estratégico para o avanço científico e tecnológico, distanciando-se da perspectiva puramente administrativa (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002), ganhando força a integração da PI nesta nova sociedade.

Este modelo de Estado exige ações de inteligência para que em conjunto dos novos instrumentos tecnológicos, as ações informacionais estejam perpendiculares às constantes e rápidas mudanças, para compor uma identidade nacional nos distintos ambientes do Estado, gerando conexão entre redes de informação já consolidadas. Diante desta complexidade, é perceptível que não há possibilidade de reproduzir técnicas generalistas para diferentes comunidades, pois são necessários seguir trâmites a partir do desenvolvimento de mecanismos coerentes, ou seja, específicos, para construir-se uma unicidade identitária ao Estado Informacional (PINHEIRO, 2012).

Com as mudanças estruturais do Estado, a PI no Estado Informacional está ordenada pelas normas de comportamento, cultura, conhecimento, tecnologias informacionais, dentre outros, sendo necessário sua análise através das formas de: governo, governança e governamentalidade. Segundo Braman (2009) o governo relaciona-se às instituições formais da legislação; a governança define-se pelas ações decisórias para formar estruturas de base, podem estar presentes tanto nos setores públicos como nos privados, na condição formal ou informal. Já a governamentalidade são as orientações culturais e práticas que podem criar e recriar as premissas dispostas nas formas específicas ao governo e governança.

Diante do exposto, verifica-se toda reestruturação e transmutação do Estado burocrático para o Estado Informacional, sendo necessária a integração de novos saberes para melhor compreender estas novas disposições sociais. Segundo Pinheiro (2012), faz-se necessário a análise contextual dos atores, das práticas sociais, do ambiente de informação, para e por quem são construídas as políticas, em outras palavras, determinar o regime informacional destas relações informacionais, os estudos de regime de informação passa a colaborar com o Estado informacional e a PI.

O Regime de Informação na CI foi introduzido a partir de Frohmann (1995), que define: “[...] um sistema ou rede mais ou menos estável na qual a informação flui através de canais determináveis - de produtores específicos, via

estruturas organizacionais específicas, a consumidores ou usuários específicos (FROHMANN,1995, p. 5-6).

As questões de redes e sistemas, estruturas organizacionais, especificidades de usuários, estão condicionadas às hierarquias existentes em determinado regime. Segundo Braman (2004) há três níveis de regime: macro, meso e micro. Macro para os aspectos imateriais como por exemplo o regime de tecnologia, importantes para os relacionamentos internacionais; no micro são consideradas as estruturas que demarcam os regimes como instituições sociais, que são governadas pelas ações de interesse nas diversas tipologias de atividades. Já o nível meso são as formas que as relações entre os atores são moldadas a partir dos aspectos imateriais, sendo operacionalizáveis em diversas instituições.

O regime de informação é caracterizado pela sua complexidade, que abrange diversas práticas e estabelece políticas “tácitas e indiretas, explícitas e públicas, micro e macro” (MAGNANI; PINHEIRO, 2011, p. 603).

Contudo, em aspecto abrangente, a PI pode ser considerada como um agrupamento de ações e decisões direcionadas para preservação, reprodução, mudança ou substituição de um Regime de Informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ,1999) que, em conjunto do Estado Informacional, deve refletir as necessidades informacionais da sociedade conduzindo conforme a realidade econômica, educacional, cultural.

3 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, desde a Primeira Guerra Mundial, discutia-se sobre a criação de entidade governamental que tivesse o intuito de fomentar a pesquisa científica. Entretanto somente após a Segunda Guerra Mundial que este assunto se intensificou no mundo, pois percebeu-se que a ciência e tecnologia são recursos imprescindíveis para o desenvolvimento de um país, podendo ainda ser considerado sinônimo de poder. Isto porque proporciona a descoberta de diversas novas informações, como foi o caso da tecnologia bélica, aqueles que possuíam domínio sobre este artifício conseqüentemente tornara-se uma potência de influência e autoridade.

A partir da história e da memória registrada podemos observar determinados momentos de inserção da PI no Brasil. Portanto, neste tópico discute-se, cronologicamente, algumas das PI brasileiras relacionadas a educação, pesquisa, ciência, tecnologia e inovação.

3.1 CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq)

Como anteriormente mencionado, seja através de diretrizes, leis e regulamentos, de acordo com cada momento da sociedade brasileira, a PI se faz presente.

Deste modo, preocupado com o desenvolvimento tecnológico e científico, no Brasil somente em 1948 houve um projeto para criação de um conselho com este objetivo. E em 1949 foi regulamentada a lei que criou o atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), anteriormente, Conselho Nacional de Pesquisas. Passa a ter *status* de autarquia do governo brasileiro com a Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951 (CNPq, 2019).

Criada algum tempo depois do CNPq, precisamente em 11 de julho de 1951, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atualmente Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), surge a partir da necessidade investimento na formação de pesquisadores e especialistas nas mais diversas áreas, desde as exatas até as sociais. Deste modo, a CAPES objetiva manter e assegurar que haja especializações de acordo com padrões de quantidade e qualidade que abranjam as necessidades públicas e privadas do país (CNPq, 2019).

3.2 INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD)

Em 1951 realizou-se a Conferência da Unesco que discutiu a identificação dos problemas das bibliotecas públicas na América Latina para elaboração de recomendações visando o crescimento destas unidades. Nesse período havia uma perspectiva otimista para criação e avanço de projetos em ciência e tecnologia. Contando com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Unesco, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) foi idealizado e constituído pelo CNPq, composto pela seguinte comissão: do CNPq – Joaquim da Costa Ribeiro, Mario Vianna Dias e Octacílio Pinto Cordeiro de Souza; e da FGV – Jorge Oscar de Mello Flores, Lydia de Queiroz Sambaquy e Octacílio Silva Leal (SAMBAQUY, 2020).

A partir dessa proposta conjunta, em 1954 surge o IBBB, regulamentado pelo Decreto do nº 35.124, que se integrou na estrutura organizacional do CNPq. Considerada uma das primeiras unidades de informação do país, a biblioteca do IBBB dedicou-se às atividades biblioteconômicas, concebendo diversos produtos, como Centro Nacional da Rede ISSN; Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN); Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), dentre outros (IBICT, 2018). Estes produtos facilitaram o trabalho das instituições científicas, técnicas e industriais, pois já era realidade o acesso à literatura científica nacional e internacional de qualidade, isto colaborou principalmente no aperfeiçoamento da pesquisa e educação em nível superior no Brasil (IBICT, 2018).

No período militar, em 1976, o IBBB é modificado pela Resolução Executiva nº 20/76, em que passa a ser considerado um instituto de pesquisa federal, consolidando-se como órgão que coordena as atividades de informação em Ciência, da Tecnologia e da Inovação (C&TI) no Brasil, transformando-se no atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (IBICT, 2018). O marco da alteração do IBBB em IBICT diz respeito à transformação do órgão para constituir o desenvolvimento das atividades informacionais no país de forma abrangente, objetivando a centralização de ações de informação, ciência e tecnologia.

No ano de 1983, surge o primeiro programa de pós-graduação em CI no Brasil, o mestrado em CI. Em conjunto, IBICT e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) colaboram diretamente para a formação e capacitação na área, tornando-se, esse

programa, modelo na América Latina. Portanto, no Brasil a CI tem origem atrelada a esta importante instituição que até os dias atuais agrega e dissemina o desenvolvimento da C&TI do país. A partir dessa iniciativa, outros programas de pós em CI surgem no país.

3.3 LIVRO VERDE

Iniciativas para implementação do conceito e estrutura da sociedade da informação foram realizadas por diversos países desenvolvidos e em desenvolvimento a partir do uso das políticas de informação. No Brasil, o governo criou programas para inserir-se nesta nova realidade, dentre as ações destacam-se: o Livro Verde, Livro Branco e Livro Azul. Segundo Oliveira e Bianchetti (2017), a nomenclatura por cores serve para designar fases distintas da construção de uma política científica e pedagógica que foi promovida pela primeira vez na Comunidade das Nações, nos Estados Unidos e na União Europeia.

A primeira publicação, denominada “Sociedade da Informação no Brasil: livro verde”, visa apresentar discussões de assuntos em que a temática central desta versão a inserção do Brasil na sociedade da informação, que possui os respectivos objetivos:

[...] integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global. (TAKAHASHI, 2000, p. 10)

Considera-se esse livro como uma preliminar das ações e direcionamentos que poderiam ser adotados perante consulta popular, subsidiando debates da segunda Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI). Ele determina que a incumbência da C&TI é preparar o país para tornar o conhecimento em inovação e a inovação em desenvolvimento, pois o “[...] conhecimento é o elemento central da nova estrutura econômica que está surgindo e de que a inovação é o principal veículo da transformação do conhecimento em valor (TAKAHASHI, 2000, p. 13).

Além de ressaltar a importância de se capacitar os cidadãos para o uso de computadores e internet, o livro verde destaca que essas necessidades são

complementadas com o desenvolvimento de habilidades para o uso dessas mídias, de acordo com as utilidades e vontades tanto particulares quanto coletivas de forma responsável (TAKAHASHI, 2000).

Posteriormente, em 2001, é lançada a obra “Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira – livro verde”. Segundo os coordenadores dessa edição, Silva e Melo (2001, p. XIV), nele são abordadas as seguintes temáticas: “[...] Avanço do Conhecimento; Qualidade de Vida; Desenvolvimento Econômico; Desafios Estratégicos; Desafios Institucionais.” Um dos destaques do livro é sobre a importância das iniciativas privadas também participarem da construção do desenvolvimento da sociedade, pois o Estado era responsável por dois terços dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Esse interesse surge com a pretensão de que as empresas privadas tornem o conhecimento em riqueza a partir das ações inovadoras, sendo primordial a sua apropriação na sociedade (SILVA; MELO, 2001).

Observa-se que em ambos os livros verdes, são destacados assuntos relacionados à importância que o conhecimento possui para impulsionar as conquistas políticas, econômicas e culturais da sociedade brasileira.

3.4 LIVRO BRANCO

Em 2002, foi lançado o “Livro branco: ciência, tecnologia e inovação”, edição que objetivou apontar os resultados obtidos na CNCTI, em que são descritas detalhadamente uma série de medidas destacadas a partir das discussões políticas do livro verde.

A principal ferramenta apresentada no livro branco é a inovação para desenvolvimento do país. Dentre os seis objetivos apresentados, a temática está presente em cinco delas:

Criar um ambiente favorável à inovação no País; Ampliar a capacidade de inovação e expandir a base científica e tecnológica nacional; Consolidar, aperfeiçoar e modernizar o aparato institucional de Ciência, Tecnologia e Inovação; Integrar todas as regiões ao esforço nacional de capacitação para Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolver uma base ampla de apoio e envolvimento da sociedade na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; Transformar CT&I em elemento estratégico da política de desenvolvimento nacional (BRASIL, 2002, p. 36).

Percebe-se, portanto, a necessidade de que o centro das discussões sobre o futuro do país estivesse pautado na CT&I, da qual a base científica e tecnológica são aparatos para o aperfeiçoamento da sociedade. Para isto, todas as regiões do país seriam capacitadas para se integrarem e fortalecerem uns aos outros, construindo rede de apoio como alicerce para implantação do uso estratégico da CT&I no país.

Devido à rapidez com que as transformações vêm acontecendo nos países na década dessas iniciativas políticas, as ações anteriormente mencionadas são consideradas de longo prazo.

3.5 LIVRO AZUL

Buscando a continuidade dessas políticas, em 2010 foi lançado o livro azul, nomeado “Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável”, que defende a distribuição e geração de inovações sociais, ou seja, novas soluções com características efetivas, sustentáveis e justas para os problemas sociais, resultando em benefícios para a sociedade.

Dentre os objetivos do livro azul, reforça-se a redução da desigualdade social e regional; exploração de riquezas nacionais de forma sustentável; fortalecimento industrial; sendo a CT&I protagonistas em todos os cenários (BRASIL, 2010).

Ao apontar a inovação como precursora do desenvolvimento do país, o livro destaca que no âmbito acadêmico há necessidade de melhorias na qualidade e quantidade da atividade inovadora, tanto de empresas como do governo, para que não haja risco de vulnerabilidade da autonomia do país no setor. Deste modo, há necessidade de estudos sobre as fragilidades do país, nos contextos social, cultural, organizacional e institucional para ampliar a disseminação das inovações sociais (BRASIL, 2010).

Apesar de destacar a importância da participação do setor privado na área da inovação, ressalta-se que esta deve ser feita de forma equilibrada, com suporte governamental e foco nas políticas públicas de inovação provenientes do Estado. Deste modo, investimentos em pesquisa e desenvolvimento das iniciativas pública e privada são relevantes para o crescimento social. Os detalhes e

profundidade elencados nesse livro sobre a tríade Ciência, Educação e Tecnologia deixam claro que esses são setores chave para superar os entraves existentes para o progresso da sociedade. Além destas iniciativas, há legislações criadas que também são exemplos de PI, como a LAI e LGPD.

3.6 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI)

No Brasil, o direito à informação é um direito garantido constitucionalmente. Entretanto, foi a partir do advento da internet no Brasil que a população intensifica a reivindicação de seu direito sobre a transparência das informações públicas.

O acesso à informação governamental visando a transparência, e o direito de o cidadão requerê-las quando desejar foi especificado e amparado na Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). A LAI versa sobre a disponibilização da informação com transparência e que a publicidade é regra, enquanto a exceção é o sigilo. Em outras palavras, são públicas as informações sob custódia do Estado, salvo aqueles casos determinados em que o acesso é restrito por determinado tempo.

Estas informações consideradas restritas estão relacionadas à segurança da sociedade ou do Estado, nos mais diversos aspectos, como risco à defesa e à soberania; risco à condução de negociações; risco à vida, saúde e segurança; risco ao desenvolvimento científico; dentre outros. Todavia, este sigilo é temporal, de acordo com o grau de classificação em esta informação está categorizada, sendo especificados prazos, como: ultrassecreta - 25 anos (podendo ser renovado uma única vez); secreta - 15 anos e reservada - 5 anos (BRASIL, 2011).

A LAI proporciona que a sociedade tenha maior controle das informações públicas, permitindo que sua participação na política seja efetiva a partir dos processos de tomada de decisão com a obtenção das informações desejadas, analisando as ações do Estado para combater a corrupção (FERREIRA; SANTOS; MACHADO, 2012).

Há questões na LAI que abrem margem para falhas, pois apesar de fornecer acesso a informações de caráter público, não há padrão para a publicidade delas, além disso, algumas estão disponíveis em termos técnicos que dificultam o entendimento popular. Também é notório que na legislação os dados pessoais não

possuem clareza quanto ao tratamento de sua segurança. Essas lacunas sobre direito individual e a privacidade, proteção de dados pessoais, tanto de servidores públicos quanto da população em geral são passíveis de uso indevido e/ou não autorizado, considerando a facilidade de acesso a partir das tecnologias, emergindo discussões calorosas sobre as fragilidades da Lei.

3.7 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Considerando a lacuna anteriormente mencionada da LAI, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), dispõe sobre o tratamento de dados feitos por entes públicos ou privados, em que o interesse do requerente é intransferível e particular. Esta legislação tem a intenção de transformar o modo como os órgãos públicos e empresas comportam-se diante da segurança e da privacidade de informações de clientes e usuários, pois a lei ampara a proteção de quaisquer dados identificáveis de qualquer pessoa, incluindo dados de natureza digital (BRASIL, 2018).

Há empresas que utilizam dados pessoais de clientes para suas atividades, como bancos, seguradoras, empresas on-line, que trabalham de forma direta e indireta com os dados de clientes. De acordo com os artigos 5º e 7º, passa a ser necessário o consentimento do titular dos dados, de forma transparente, em linguagem de fácil entendimento, sobre como serão tratados os dados e para qual finalidade, ou seja, qual a finalidade da coleta, qual será o meio de obtenção, qual o período de armazenamento, se haverá ou não compartilhamento para terceiros, dentre outras ações correlacionadas (BRASIL, 2018).

Estas ações de utilização, armazenamento e preservação dos dados dos indivíduos estão sob a responsabilidade dos agentes e, segundo o artigo 5º da LGPD, correspondem ao controlador as decisões relacionadas ao tratamento dos dados pessoais, e ao operador a realização do tratamento dos dados, ambos podem ser pessoa física ou jurídica de direito público ou privado (BRASIL, 2018).

Esses agentes de tratamento poderão ser responsabilizados caso não cumpram as diretrizes da legislação vigente, exceto, segundo o artigo 43º que comprovem a não realização do tratamento dos dados, a não violação da lei, ou que o dano causado seja a partir de terceiros ou pelo próprio titular dos dados (BRASIL, 2018).

O artigo 55º da LGPD, cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) tendo por objetivo o zelo, a fiscalização e aplicação de sanções administrativas, promoção e disseminação de informações de políticas públicas e normas sobre medidas de segurança e pela proteção de dados pessoais, entre outras funções. Portanto, o titular que tiver seus dados utilizados de forma indevida, pode peticionar, junto à ANPD, ação sobre violação contra a empresa ou a organização. São descritas, no artigo 52º, as sanções aplicáveis que envolvem desde advertência a multa simples por infração, de até 2% do faturamento, com teto limite de 50 milhões de reais, e também obriga a difusão do ocorrido na mídia, desde que confirmada a infração.

Em suma, observa-se que a LAI possui como enfoque a garantia do acesso à informação, enquanto a LGPD visa garantir que os dados pessoais mantenham-se privados.

4 GRUPO DE TRABALHO 5 POLÍTICA E ECONOMIA DA INFORMAÇÃO DO ENANCIB

Criada em 1989, a partir de esforços de cursos e pós-graduação em CI, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB) é uma sociedade sem fins lucrativos que admite sócios institucionais (Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação) e sócios individuais (professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais egressos dos programas). Tem por objetivo incentivar as atividades de pesquisa e pós-graduação da área da CI no Brasil (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2019).

Em março de 1992, na reunião do XII Encontro dos Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia promovida pela ANCIB, verificou-se que a associação necessitava de um encontro periódico de natureza científica (FREIRE; ALVARES, 2013). Então, desde 1994, quando foi realizado na em Belo Horizonte, ocorre anualmente em sedes rotativas no Brasil o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).

O objetivo do evento é discutir e refletir sobre temáticas, perspectivas e tendências de pesquisas e estudos da CI, proporcionando a comunicação entre pesquisadores, pós-graduados, discentes, docentes e profissionais da área. Contribui para a comunicação científica tanto no âmbito nacional e internacional, promovendo o intercâmbio do conhecimento entre as interdisciplinaridades da área, construindo novos saberes e consolidando a CI. Estruturado a partir de Grupos de Trabalho (GT) específicos que abordam diferentes assuntos pertinentes à CI, o Enancib constitui-se de 11 GTs, sendo o GT5 o enfoque desta pesquisa.

Em 2005, na sexta edição do Enancib, o GT5 foi criado com o nome de: Política, Ética e Economia da Informação sob a coordenação de Marta Pinheiro Aun (UFMG). Atualmente é denominado Política e Economia da Informação, as temáticas destacadas na ementa demonstram a ampla gama de interesses e possibilidades que envolvem a PI e as demais áreas:

Políticas e regimes de informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação. Produção colaborativa. Poder, ativismo e cidadania. Conhecimento, aprendizagem e inovação. Ética da informação. Informação e ecologia (ENANCIB, 2019, não paginado).

A partir de 2007, sob a coordenação de Sarita Albagli (IBICT), o GT recebe a nomenclatura que permanece atualmente. O Quadro 1 abaixo apresenta a linha de tempo desde a criação do GT:

Quadro 1 – Evolução histórica do GT5

ANO	EDIÇÃO, DATA E LOCAL	TEMÁTICA DO EVENTO	NOME DO GT	COORDENADOR
2005	VI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 28 a 30 de novembro de 2005 – UFSC – Florianópolis/SC	“A política científica e os desafios da sociedade da informação”	Política, Ética e Economia da Informação	Marta Pinheiro Aun (UFMG)
2006	VII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 19 a 22 de novembro de 2006 – Unesp – Marília/SP	“A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação”	Política, Ética e Economia da Informação	Marta Pinheiro Aun (UFMG)
2007	VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 28 a 31 de outubro de 2007 – UFBA – Salvador/BA	“Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação”	Política e Economia da Informação	Sarita Albagli (IBICT)
2008	IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 28 de setembro a 1 de outubro de 2008 – USP – São Paulo/SP	“Diversidade cultural e políticas de informação”	Política e Economia da Informação	Sarita Albagli (IBICT)
2009	X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 25 a 28 de outubro de 2009 – UFPB – João Pessoa/PB	“A responsabilidade social da Ciência da Informação”	Política e Economia da Informação	Sarita Albagli (IBICT)
2010	XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 25 a 28 de outubro de 2010 – IBICT/UFRRJ; Fiocruz; UNIRIO – Rio de Janeiro/RJ	“Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação”	Política e Economia da Informação	Sarita Albagli (IBICT)
2011	XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 23 a 26 de	“Políticas de Informação para a Sociedade”	Política e Economia da Informação	Clovis Montenegro de Lima (IBICT)

	outubro de 2011 – UnB – Brasília/DF			
2012	XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 28 a 31 de outubro de 2012 – Fiocruz – Rio de Janeiro/RJ	“A sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano”	Política e Economia da Informação	Clovis Montenegro de Lima (IBICT)
2013	XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 29 de outubro a 1 de novembro de 2013 – UFSC – Florianópolis/SC	“Informação e interação: ampliando perspectivas para o desenvolvimento humano”	Política e Economia da Informação	Clovis Montenegro de Lima (IBICT)
2014	XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - 27 a 31 de outubro de 2014 – UFMG – Belo Horizonte/MG	“Além das ‘nuvens’: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação”	Política e economia da informação	Clovis Montenegro de Lima (IBICT)
2015	XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 26 a 30 de outubro de 2015 – UFPB – João Pessoa/PB	“Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes”	Política e economia da informação	Terezinha Elisabeth da Silva (Câmara Federal)
2016	XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 20 a 25 de novembro de 2016 – UFBA – Salvador/BA	“Descobrimientos da Ciência da Informação: desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade de (MIT)”	Política e economia da informação	Terezinha Elisabeth da Silva (Câmara Federal)
2017	XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - 23 a 27 de outubro de 2017 - Unesp – Marília/SP	"Informação, sociedade, complexidade"	Política e Economia da Informação	Terezinha Elisabeth da Silva (Câmara Federal)
2018	XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - 22 a 26 de outubro de 2018 - UEL – Londrina/PR	"Sujeito informacional e as perspectivas atuais em Ciência da Informação"	Política e Economia da Informação	Terezinha Elisabeth da Silva (Câmara Federal)
2019	XX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 21 a 25 de outubro de 2019 – UFSC – Florianópolis/SC	“A ciência da informação e a era da ciência de dados”	Política e Economia da Informação	Rodrigo Moreno Marques (FUMEC)

Fonte: adaptado de Freire e Alvares (2013)

No Quadro 1 pode-se visualizar a linha temporal do GT5 no Enancib, as temáticas e coordenadores que já passaram pelo GT. Depreende-se cinco vinculações institucionais distintas dos coordenadores, e que no maior período de

existência do grupo, foi coordenado por profissionais do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

As decisões a serem tomadas acontecem a partir das assembleias de cada GT. A escolha dos coordenadores, que possuem dois anos de gestão, prorrogáveis por igual período, acontece a partir da manifestação de interesse por este cargo e decisão em assembleia.

Seguindo a dinâmica social, o evento determina suas temáticas a partir do contexto do momento de sua realização, possibilitando a construção de novos saberes.

5 METODOLOGIA

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia é o condutor dos procedimentos e processos de uma pesquisa científica. Para atender aos objetivos deste trabalho, ele se define, metodologicamente, como pesquisa bibliográfica, documental com caráter exploratório, descritivo e de abordagem quantiquantitativo. Faz uso da Análise de Conteúdo e Análise de Domínio como recursos para análise dos dados, conforme abordado nos tópicos seguintes.

5.2 DELIMITAÇÃO E *CORPUS* DA PESQUISA

Diante da complexidade e dimensão das informações disponíveis sobre PI nos anais do Enancib, delimitou-se e adequou-se o *corpus* da pesquisa para que haja viabilidade, não comprometendo os objetivos do presente estudo. Desta forma, importante ressaltar que a PI envolve em seu “guarda-chuva” assuntos variados, porém, na presente pesquisa no aspecto conceitual realizado na Análise de Conteúdo, investigou-se estritamente os conceitos de PI. Enquanto que as temáticas abarcadas pela PI foram verificadas na Análise de Domínio.

A fonte de informação para coleta dos dados foi o repositório que disponibiliza palestras e apresentações das edições já realizadas do Enancib, conhecido por BENANCIB (Figura 4). Este repositório é de responsabilidade do Grupo de Pesquisa “Informação, Discurso e Memória” da Universidade Federal Fluminense, e foi desenvolvido a partir do projeto de pesquisa “Questões em Rede”, para a centralização das produções científicas do Enancib.

Figura 4 – Resultado da busca avançada

The screenshot shows the 'Busca avançada' (Advanced Search) interface. At the top, there is a navigation bar with 'Página inicial' (Home), 'Repositórios' (Repositories), 'BENANCIB', and 'Busca avançada'. The main search area includes a 'Conjunção' (Conjunction) dropdown set to 'AND (e)', a 'Tipo de busca' (Search type) dropdown set to 'Texto completo' (Full text), and a 'Buscar por' (Search for) field containing 'política de informac*'. Below this, there are three rows of search criteria: 'Número do GT' (GT number) set to '5', 'Palavra-chave' (Keyword) set to 'política de informac*', and 'Resumo' (Summary) set to 'política de informac*'. The 'Resultados/páginas' (Results/pages) is set to '100', and 'Ordenar registros por' (Sort records by) is set to 'Relevância' (Relevance) in 'Ordem Descendente' (Descending order). A search button 'Ir' is visible. To the right, there is a 'Buscar DSpace' section with a search bar and radio buttons for 'Buscar DSpace' (selected) and 'Esta coleção' (This collection). Below that is a 'Navegar' (Navigate) section with a list of navigation options: 'Todo o repositório' (All repository), 'Comunidades e Coleções' (Communities and Collections), 'Por data do documento' (By document date), 'Autores' (Authors), 'Títulos' (Titles), 'Palavra-chave' (Keyword), 'Assunto' (Subject), and 'Esta coleção' (This collection) with sub-options for 'Por data do documento', 'Autores', 'Títulos', 'Palavra-chave', and 'Assunto'. At the bottom, the search results are displayed as 'Resultados da busca por Coleção: BENANCIB' with '100 of 282' items and a 'Próxima página' (Next page) link.

Fonte: BENANCIB (2020)

Considerou-se como critério para seleção tratar-se de trabalho completo (comunicação oral). Para estratégia de busca foram utilizados operadores booleanos e truncagem disponíveis na busca avançada. Os termos definidos foram: Política AND Informac*. Em Tipo de busca: Trabalho completo OR palavras-chave OR Resumo. Aplicou-se AND no filtro de Tipo de busca: número do GT, buscar por: 5. Importante destacar que as expressões foram buscadas nos títulos, resumos e palavras-chave, por serem estes considerados os metadados de maior representatividade dos trabalhos. Os dados dispostos em planilha (excel) contêm os metadados: Edição; Ano; Autor; Filiação institucional; Título; Palavras-chave; Variações conceituais sobre a PI.

Porteriormente à coleta desses 282 resultados (Figura 3), verificou-se que os trabalhos recuperados eram dos anos de 1994 a 2016, deste modo, foi necessário busca complementar para coleta dos anos 2017, 2018 e 2019. Os Enancib desses anos mais recentes possuem anais de eventos disponíveis em seus respectivos sites, correspondentes as instituições que foram realizados, porém o sistema é de busca simples. Foi necessário realizar busca do termo “Política de informação” na barra de pesquisa lateral nomeada “Conteúdo da conferência”, esta escolha deve-se ao fato de que a pesquisa por GT permite recuperar somente

palavras constantes no título ou nome do autor. Na sequência, os dados foram categorizados, descritos e analisados conforme demonstrado nas próximas seções.

6 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da delimitação do *corpus* foi possível realizar a estruturação das informações e, conforme a Tabela 1, constatou-se que apesar da utilização das estratégias de busca, recuperou-se trabalhos que não são da modalidade “Comunicação oral”.

Tabela 1 – Resultados da pesquisa

Ano	Resultados totais de busca	Resultados do GT5	Pôster	Comunicação oral	Não conceitua PI	Conceitua PI	
1994 a 2003	282	11	-	-	11	0	
2005		14	-	-	14	0	
2006		11	-	-	11	0	
2007		18	1	17	16	1	
2008		23	3	20	15	5	
2009		23	4	19	12	7	
2010		21	6	15	13	2	
2011		27	5	22	18	4	
2012		31	7	24	22	2	
2013		25	7	18	18	0	
2014		30	6	24	23	1	
2015		24	11	13	12	1	
2016		23	5	18	17	1	
2017		51	18	2	16	11	5
2018		48	19	5	14	8	6
2019	80	41	9	32	25	7	
TOTAL	461	359	71	252	246	42	

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Ressalta-se que de 1994 a 2006 a modalidade dos trabalhos não era identificada, apesar disso os trabalhos foram analisados e nenhum conceitua PI. Foram recuperados 461 trabalhos, em que somente 359 são do GT 5. Sendo que 71 são da modalidade pôster, que não fazem parte do *corpus* desta pesquisa, e 252 de comunicação oral. Desses, 42 trabalhos conceituam a PI. Outros 246 não conceituam.

De 1994 a 2003, período anterior à criação do GT5 do Enancib, foram recuperados 11 trabalhos. Dois trabalhos dos anos de 1994 e 1995, primeira e segunda edição do evento, pertencem ao GT nomeado “Formação Profissional e Mercado de Trabalho” e versam sobre o curso de Biblioteconomia no Brasil. Já os outros dez trabalhos, um de 2000, disponível no GT denominado “Comunicação e produção científica/Literatura cinzenta”, discorre sobre as revistas científicas eletrônicas no Brasil. Também sobre estudos da área da comunicação científica são

outros nove trabalhos de 2003, do GT anteriormente citado. Apesar de abordarem alguns assuntos pertinentes à PI, nenhuma dessas a conceitua.

Em 2005, primeiro ano do GT 5, foram recuperados 14 trabalhos, a modalidade não foi especificada nesse evento e nenhum trabalho conceituou PI. Da mesma forma, em 2006 nos 11 trabalhos recuperados, nenhum conceitua PI e também não foi possível identificar a modalidade de submissão. No ano de 2007, dos 18 trabalhos recuperados, um é poster, enquanto os outros 17 são de comunicação oral, e um trabalho aborda o conceito de PI.

Dos 23 trabalhos recuperados no ano de 2008, as modalidades são três posteres e 20 de comunicação oral, em que cinco trabalhos conceituam a PI. No ano de 2009, dos 23 artigos recuperados, quatro são da modalidade poster, enquanto 19 são de comunicação oral. A PI foi conceituada em sete trabalhos. No ano de 2010, 21 trabalhos foram recuperados, destes, seis são posteres e 15 de comunicação oral. A PI é abordada em dois trabalhos. Os trabalhos recuperados em 2011 totalizam 27, cinco são da modalidade poster e 22 da comunicação oral, apenas quatro artigos conceituam a PI. Dos 31 trabalhos encontrados do ano de 2012, sete são posteres, 24 são de comunicação oral e dois conceituam PI.

No ano de 2013, 25 artigos foram recuperados, sete são da modalidade poster, 18 de comunicação oral e nenhum conceitua PI. Em 2014, dos 30 trabalhos recuperados, seis são posteres e 24 comunicação oral. A PI foi conceituada em apenas um trabalho. No ano de 2015 são 11 trabalhos na modalidade poster e 13 de comunicação oral, totalizando 24 trabalhos recuperados e a PI é conceituada em um artigo.

No ano de 2016, dos 23 artigos que totalizaram a busca, cinco são posteres e 18 de comunicação oral, e apenas um conceitua a PI. Dos 18 artigos de 2017, dois estão na modalidade poster e 16 são comunicação oral, a PI está conceituada em cinco artigos. Em 2018 totalizam-se 19 artigos recuperados, em que cinco são posteres e 14 comunicação oral, desses seis conceituam a PI.

Por fim, em 2019, há uma mudança na nomenclatura das modalidades de participação: a modalidade poster passa a ser resumo expandido e a comunicação oral, trabalho completo. Deste modo, do total de 40 artigos, nove são resumos expandidos, enquanto 32 são trabalhos completos que em sete artigos identifica-se a conceituação de PI.

Diante destas informações gerais apresentadas, prosseguiu-se com a Análise de Conteúdo e Análise de Domínio.

6.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Bardin (2011) destaca que a Análise de Conteúdo (AC) passa a ser um método científico na década de 1920 utilizada por H. Lasswell sobre a propaganda bélica. Porém, anteriormente a este período a AC já era utilizada para interpretação de livros sagrados. Somente no fim dos anos 1940, surge uma definição para AC, mas é em 1977 com a publicação *Analyse de Contenu* que Bardin explicita que a AC é:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Para alcançar o objetivo pretendido, Bardin (2011) indica três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados: inferência e interpretação.

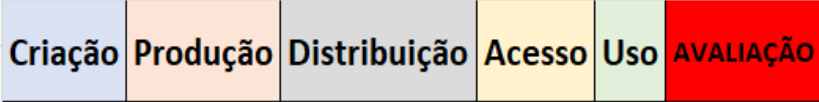
A pré-análise envolve a organização, em que se estabelece um esquema para os procedimentos, tendo sido iniciada com uma leitura flutuante dos trabalhos do Enancib, escolha dos materiais, delimitação do *corpus*, formulação de hipótese e objetivos a partir do uso dos métodos dedutivo e indutivo. O primeiro, realizado a partir das categorias disponíveis na literatura sobre a área, sendo determinado neste trabalho o uso das categorias de PI a partir de Pasek (2015). Enquanto o segundo, o indutivo, objetiva a identificação e construção de novas categorias, por fim, a preparação do material com a disposição dos dados em planilha.

A exploração do material é um procedimento que se refere a prática do processo anterior, são então determinadas as unidades de codificação, ou seja, a identificação de categorias já existentes (dedutivas) e/ou que podem surgir (indutiva).

Conforme explicitado na Figura 3 - Conteúdos da política de informação elaborado por Pasek (2015), as categorias utilizadas referem-se a: Criação; Produção; Distribuição; Acesso e Uso. conforme Quadro 2 abaixo, para tal seleção de conceito e categorias, destacou-se os termos por cores, em que: Criação – azul; Produção – laranja; Distribuição – cinza; Acesso – amarelo; Uso – verde; e a

nova categoria criada, Avaliação – vermelho. Deste modo foi possível identificar as relações destas categorias em grande parte dos 42 resultados de conceitos coletados.

Quadro 2 – Variações conceituais e categorias

	S	T	U	V
1	Variações conceituais			
2	Frohmann (1995, p.9), pois “uma das razões para estudar a política de informação é fazer intervenções inteligentes e socialmente responsáveis no exercício do poder e controle sobre a informação ”.			
3	A política de informação pode e deve ser desenvolvida em diversos níveis organizacionais e se distribuir em diferentes níveis geográficos, que podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais (SHAFFER, 2015; FRANKS, 2015).	As questões da política de informação incluem, mas não se limitam a: liberdade de informação, privacidade, censura, proteção de dados, segurança e sigilo, acesso, propriedade intelectual e autoral , transparência, infraestruturas de informação e fluxos de informação (DUFF, 2004)	Segundo Braman (2006), uma política de informação compreende a capacidade de reunir e processar informações sobre os cidadãos e sobre os recursos e atividades no interior de um espaço específico e comum a uma esfera pública .	A política de informação organizacional e institucional deve orientar a tomada de decisões e as ações em torno do uso e do gerenciamento de informações dentro uma organização ou país, a fim de apoiar e alcançar os resultados desejados por meta específicas. O monitoramento e a avaliação contínuos na aplicação da política de informação permitem que uma organização, ou o sistema administrativo nacional, avalie e reaja a rápidas mudanças evolutivas nas paisagens sociais, econômicas, políticas e tecnológicas (SHAFFER, 2015).
4	Não conceitua			
5	as políticas de informação supõem o estudo das orientações e diretrizes que regem a atuação dos diferentes setores ou grupos da sociedade na transferência da informação, sua disponibilidade, seu acesso e recuperação como meio de comunicação de informação entre pessoas e entidades geradoras e usuários da informação (OGECIME, 2016).	a política de informação contempla não apenas aquelas relacionadas com arquivos e bibliotecas, mas também aquelas que convergem com outros campos de estudo para possibilitar aos cidadãos o cumprimento de seu direito à informação (GARCÍA MARTÍNEZ, 2003)	políticas de informação deve ser entendida como um processo que envolve fatores econômicos, culturais e organizacionais . (OGECIME; MOURA, 2018)	
5	As políticas de informação são normas que buscam regular determinadas redes informacionais e suas dialéticas no território. (OS AUTORES)	As políticas de informação precisam considerar as relações diferenciadas entre as esferas pública e privada mediadas pelo regime informacional. (OS AUTORES)		
7	Não conceitua			
3	Não conceitua			
3	Braman (2011) como a política relativa a qualquer fase de uma cadeia de produção de informação , desde a sua criação , passando pelo processamento até seu armazenamento ou destruição . A política de informação fornece um termo genérico para as leis, regulamentos e posições doutrinárias , que lidam com a informação, comunicação e cultura, além de tomadas de decisão e práticas com efeito construtivo sobre toda a sociedade, envolvendo geração, processamento, fluxo, acesso e uso da informação .	a nomenclatura política de informação utilizada pelo Estado informacional pode sofrer variações e ser implementada segundo planos e programas , o que não caracteriza a ausência de uma política de informação (KERR PINHEIRO, 2012).		

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Durante a análise foi possível constatar a existência de novas unidades de codificação referentes à necessidade de monitoramento, avaliação, armazenamento, destruição, contextualização das PI desde sua criação, mas principalmente posterior à implementação, pois a sociedade se transforma constantemente e a PI precisa acompanhar e abranger estas mudanças. Assim sendo, criou-se uma categoria nova chamada Avaliação, que versa amparar estas novas codificações, abarcando as necessidades e peculiaridades de diferentes contextos a partir da avaliação das PI. Ainda sobre o processo de codificação, levantou-se a frequência de palavras significativas contidas nos conceitos coletados para melhor visualização e análise, ficando notável pela coloração vermelha para menor ocorrência, laranja e amarelo para mediano e verde para frequências maiores.

Tabela 2 – Frequência de palavras nos conceitos de PI

Recorrência de palavras	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
analisa			1										1
demanda			1										1
dinâmico			1										1
disponibilidade											1		1
estoque			1										1
flexível			1										1
formal				1									1
garantir				1									1
impulsiona				1									1
informal				1									1
intenções	1												1
meta					1								1
objetivos	1												1
sintetiza			1										1
soluções							1						1
tomada de decisão		1											1
transferência											1		1
tratamento			1										1
auto-reflexividade				1								1	2
elaboração		1									1		2
eliminação						1						1	2
implantação		1									1		2
manutenção			2										2
planejamento			1		1								2
procedimento						1						1	2

Recorrência de palavras	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
projeto					1						1		2
reformulação			2										2
restringe				1								1	2
plano					2						1		3
princípios		1				1						1	3
transporte					1		1			1			3
normas		1	1		1						1		4
orientação								2			1	1	4
destruição					1		1			2	1		5
preservar			2	1		1		1					5
programa					2			1			2		5
regra				1	2	1						1	5
substituir			1	1		1		2					5
armazenamento					2		1			2	1		6
avaliação		1									4	1	6
comunicação			1		1	1				1	2		6
diretrizes	1				2	1					1	1	6
doutrina						1				2	2	1	6
reprodução			3	1		1		1					6
direções	1		3		1			2					7
distribuição			1		1	1	1			1	1	1	7
mudança			3	2		1					1		7
recuperação/busca			1		2	1				1	1	1	7
satisfazer necessidades		1	2		3		1						7
disseminação		1	1		3	1						2	8
organização		1	1			1					3	2	8
Regime de informação			4	1		1		1				2	9
controle		1	4							1	2	2	10
práticas	1		2							3	2	2	10
decisão			1	2	1	1		1			3	2	11
contexto		4	4		1		1	1	1			1	13
fluxo			1	2	1				1	3	3	3	14
acesso		2	1			1	1		3	2	4	2	16
criação			3	1	2		1		1	3	2	3	16
processamento				2	1		1		1	5	5	3	18
produção		2	2		3	1	4			3	1	2	18
lei/leis			2		4	2	1		2	3	2	3	19
ações		2	5	2	4	1	1	1	1		3		20
regulatório/regulação			5		3	2	1		2	3	4	3	23
uso		1	5	1	2	1	1		1	4	3	4	23
TOTAL	5	21	71	23	49	25	18	13	13	40	61	48	387

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Os anos que tiveram significativas variedades de palavras foram 2008 com 71, 49 resultados em 2011, 40 frequências em 2017, 2018 com 61 e, em 2019, 48 resultados, enquanto 2005 possui menor incidência com cinco, ano este de criação e primeira edição do GT5 no Enancib. Os anos posteriores seguem entre 25 a 13 ocorrências de palavras.

É possível constatar, a partir da Tabela 1 - Resultados da pesquisa, que nestes anos em que foram recorrentes as unidades de palavras, estão relacionadas aos artigos que conceituaram PI, inferindo-se então que há uma proporcionalidade entre os dados.

Podemos verificar maior incidência de termos relacionados aos aspectos conceituais mais restritivos da PI, como lei, regulamento, ações, diretrizes e doutrinas. Enquanto outros termos como elaboração, eliminação, implantação, manutenção, preservação, destruição, apesar de serem pouco recorrentes, são termos importantes no conceito da PI, conforme mencionado a seguir.

A sequência da análise é a definição das categorias, portanto, conforme as etapas anteriores e na Tabela 2 acima podemos constatar a contemplação da nova categoria identificada, reforçando-se assim a importância da Avaliação.

Por fim, na terceira e última etapa da AC, temos o tratamento dos resultados que, a partir de inferências e interpretações relativas à coleta das citações, podemos identificar os termos e assuntos que conceituam a PI.

A partir das citações dos autores que conceituaram a PI e o processo de AC, é possível identificar que a PI é exequível a partir do agrupamento de legislação, regulação, doutrinas e formas diversas de tomada de decisão que abarca a prática da geração/criação, produção, reunião, processamento, transporte, disseminação, fluxo, acesso e uso da informação para suprir as necessidades da sociedade.

A PI é desenvolve-se nos diferentes níveis e espaços organizacionais e geográficos, e apesar de alguns autores considerarem que a área é ampliada com advento das tecnologias, é preciso cautela para não se perder no meio das adversidades e carências da PI. Há uma miscelânea de assuntos sociais relativos à informação que convergem com outras áreas de estudo e possibilitam que a sociedade exerça a cidadania em diferentes contextos, e assim se constituir o espelho da sociedade na PI.

Deste modo, é um campo que a partir do regime de informação, identifica os atores, sujeitos, e conexões existentes, vislumbrando o senso crítico na política, a partir da relação de informação e poder. Considerando que a sociedade se transforma rapidamente, estando inevitavelmente interligada ao contexto histórico, social, cultural, econômico, dentre outros, também é necessário que a PI tenha a capacidade de avaliação a partir do monitoramento, processamento, armazenamento e/ou destruição de informações para que haja coerência e pertinência ao que se destinou inicialmente.

Com a AC de Bardin foi possível investigar as mensagens dos conteúdos, visando a geração de descobertas, ampliando percepções que até então podem não ter sido observadas, contribuindo para a presente pesquisa.

6.2 ANÁLISE DE DOMÍNIO

Na CI a Análise de Domínio está inserida como meio para desenvolvimento de pesquisas teóricas e aplicadas, sendo uma abordagem que possibilita conhecer as variáveis em que o conhecimento científico está construído e socializado, de modo que permite avaliar e caracterizar a ciência, pois verifica o que é importante e significativo, padrões, processos e tendências de um determinado campo.

Esta temática foi introduzida na CI pelos estudos de Hjørland e Albrechtsen (1995), que objetivaram investigar os contextos de áreas existentes dentro da CI, com que os fatores de um grupo social, como cultura, maneiras de agir/pensar, irão unir semelhantes e separar os grupos distintos. Segundo os autores, estes grupos estão em sincronia, integrando uma divisão social do trabalho a partir da comunidade que pode ser discursiva ou de pensamento. Então, a partir destas perspectivas sociais é possível identificar as necessidades de determinados grupos.

Posteriormente, Hjørland (2002) aprofunda os estudos da área, estabelecendo abordagens para possibilitar sua aplicabilidade científica. Para o autor supra, estas abordagens irão caracterizar a Análise de Domínio, pois possibilitam que um domínio seja explorado a partir do uso de ao menos duas das onze abordagens. Tais abordagens são apresentadas no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Abordagens da Análise de Domínio

ABORDAGENS	FUNÇÃO
Produção de obras de referência	Consiste em levantar a literatura de um domínio, classificar de acordo com suas funções, buscar desenvolver tipologias documentais ou taxonomia, descrever as características dos trabalhos de referência, seleção de fontes mais importantes e fornece diretrizes de como usar as fontes de informação
Construção de linguagens de indexação (classificação e tesouro)	Elaborar classificações que permitam a organização a partir dos conceitos e de estruturas lógicas de um domínio, bem como a sua relação semântica.
Pesquisa em indexação e recuperação de especialidades	Dá-se maior atenção para especificidade temática de cada domínio, permitindo acesso rápido e visibilidade maior do universo de domínio em questão.
Estudo de usuários	É possível a identificação de necessidades informacionais dos usuários em distintas comunidades, sendo então o domínio organizado de acordo com as particularidades destas comunidades.
Estudos bibliométricos	Temos em evidência tanto a natureza de uma disciplina quanto as relações disciplinares diversas, em que os padrões sociológicos estão organizados explicitamente nos documentos individuais na comunicação científica de um domínio.
Estudos históricos	É considerado como método que visa compreender os documentos, organizações, sistemas, conhecimento e informação da perspectiva histórica fornecendo coerência e subsídio para se conhecer a trajetória de um domínio.
Estudos de gêneros/tipologias documentais	Apresentam as tipologias documentais, de que forma os conceitos estão registrados, materializados segundo determinado domínio
Estudos epistemológicos e críticos	Há a possibilidade de se estabelecer diálogo com outro domínio, pois permitem conhecer a construção e fundamentos de um conhecimento de um domínio
Estudos terminológicos, linguagem para fins especiais (LSP), semântica de banco de dados e estudos do discurso	Preocupam-se com a nomenclatura dos conceitos de um domínio, que conforme critérios semântico e pragmático há ordenamento das palavras, enunciados e textos.
Comunicação científica	Permite melhor conhecimento sobre os atores/instituições principais existentes no domínio a partir de suas estruturas.
Cognição científica	Conhecimento especializado e inteligência artificial. É observado o meio de obtenção do conhecimento visando a produção de sistemas específicos para um domínio

Fonte: adaptado de Hjørland (2002).

Diante do exposto, complementa-se que o processo de organização, junto da teoria e da prática, proporciona abrangência e cobertura dos conceitos

principais de uma área do conhecimento nas mais variáveis vertentes da Análise de Domínio (HJORLAND, 2004). Para a presente pesquisa delimitou-se a escolha da quinta, sexta e nona abordagem, sendo respectivamente: **Estudos bibliométricos**, **Estudos históricos e Estudos terminológicos**, pois estas abordagens permitem identificar e conhecer a PI no contexto do GT5 do Enancib a partir de diferentes vertentes. No Quadro 4, a seguir, apresenta-se os dados dos autores citados para definir a PI, as referências destes trabalhos coletados estão no Apêndice A.

Quadro 4 – Autores citados para definir PI

AUTOR	Nº DE VEZES CITADOS
Aquino (2008)	1
Barreto (2003)	2
Bezerra (2018)	1
Braman (1995; 2004; 2006; 2009; 2011)	18
Branco (2005)	1
Burger (1993)	1
Daniel <i>apud</i> Caridad Sebastián, Méndez Rodríguez e Rodríguez Mateos (2000)	1
Davenport (1998)	1
Duff (2004)	1
Farias e Vital (2007)	1
Franks (2015)	1
Freire (2008)	1
Frohmann (1994; 1996)	4
García Martínez (2003)	1
Gómez; Gómez; González de Gómez; González de Gómez (1997; 1999; 2012)	7
Hernon e Relyea (1991) <i>apud</i> Jardim, Silva e Nharreluga (1991)	1
Jaeger <i>et al.</i> (2015)	1
Jardim (2008; 2007; 2006)	3
Jardim e Marcondes (2003)	1
Jardim, Silva e Nharreluga (2009)	2
Jeanneret (2008)	1
Kerr Pinheiro; Pinheiro; Aun (1997; 2001; 2003; 2008; 2011; 2012)	10
Lemos (1987)	2
Lévy (1998)	1
Lima <i>et al.</i> (2009)	1
Magnami e Kerr Pinheiro (2011)	1
Massensini e Frota (2017; 2018)	2

AUTOR	Nº DE VEZES CITADOS
Ogécime (2016)	1
Ogécime e Moura (2018)	1
Rowlands (1996)	2
Schwarzelmüller <i>et al.</i> (2004)	1
Shaffer (2015)	2
Silva (1991)	1
Silva e Pinheiro (2011)	1
Silva e Tomaél (2009)	3
Strassmann (1994)	1
Terra (2008)	1
Uhlir (2006)	3
Vargas e Pinheiro (2009)	2
Weingarten (1989 <i>apud</i> Kerr Pinheiro)	1
TOTAL	88

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Conforme pode ser visto no Quadro 4, é possível verificar que dentre os autores e citações de seus trabalhos, totalizaram 88 ocorrências. A autora mais citada é Braman com 18 citações, estas citações variam entre os anos de: 1995; 2004; 2006; 2009; 2011. Em segundo lugar, com 10 resultados está Pinheiro referente aos seus trabalhos dos anos de 1997; 2001; 2003; 2008; 2011; 2012 e terceiro temos González de Gómez com 7 citações, dos anos 1997; 1999; 2012.

Nos artigos coletados, há variedade terminológica sobre a citação de autores, não havendo uma padronização, há trabalhos que citam González de Gómez de quatro diferentes formas: Gómez; Goméz; González de Gómez; González de Gómez. Para Pinheiro temos três variantes: Kerr Pinheiro; Pinheiro e Aun, este último sobrenome devido ao período em que a autora foi casada.

Em quarto lugar, os autores Jardim e Uhlir foram citados cada um três vezes. Os trabalhos citados de Jardim eram de 2006; 2007 e 2008. Já de Uhlir são de 2006.

Os trabalhos citados duas vezes são dos autores: Barreto (2003); Jardim, Silva, Nharreluga (2009); Lemos (1987); Massensini e Frota (2017; 2018), Rowlands (1996), Shaffer (2015), e por fim, Vargas e Pinheiro (2009).

Os outros autores que foram citados ao menos uma única vez, tiveram seus trabalhos utilizados 28 vezes.

As citações e referências coletadas para análise estão disponíveis no Apêndice A – Coleta de citações, em que há o ano do evento que a citação foi coletada, o ano da citação, autoria, citação e referência desta citação.

A citação mais antiga é de 1987, em que Lemos considera que “[...] tanto o conceito quanto as práticas de política de informação serão sempre relacionais porque se reportam ao que é temporal e geográfico, uma vez que as necessidades de desenho de determinada política condicionam-se inexoravelmente a fatores históricos e sociais objetivos (LEMOS, 1987, *apud* SILVA; PINHEIRO, 2011, p. 1631).

Em 1989 Weingarten (1989 *apud* KERR PINHEIRO, 2001) destaca que a PI precisa ser flexível e dinâmica para acompanhar as mudanças ocasionadas pelas TICs. Em 1991, a PI aparece conceituada como:

[...] um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e gestão do Ciclo Vital da Informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação e eliminação da informação. Política de informação compreende o acesso à, e uso da informação (HERNON; RELYEA, 1991, p. 176 *apud* JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 6).

Em 1993, Burger afirma que “São mecanismos sociais usados para controle da informação e os efeitos sociais da aplicação destes mecanismos” (BURGER, 1993, p. 65).

Apresentando em outras palavras as citações acima mencionadas, em 1994, Strassmann considera que uma política de informação cobre os objetivos, diretrizes, práticas e intenções organizacionais que servem para fortalecer as decisões locais (STRASSMANN, 1994). De acordo com Keer Pinheiro (2012) é possível que haja variação terminológica da PI, que ao ser utilizada pelo Estado informacional, é implementada por planos e programas, apesar disto a PI não deixa de existir.

A autora mais citada, Braman, surge a partir de 1995 com a seguinte perspectiva sobre PI: política relativa a qualquer fase de uma cadeia de produção de informação, que vai desde a criação, passando pelo processamento até seu armazenamento ou destruição. Rowlands (1996) sintetiza a PI como um conjunto de leis públicas, regulamentos e políticas que fomentem ou regulem a criação, o uso, o estoque e a comunicação da informação. Pode também ser considerada como “[...] o

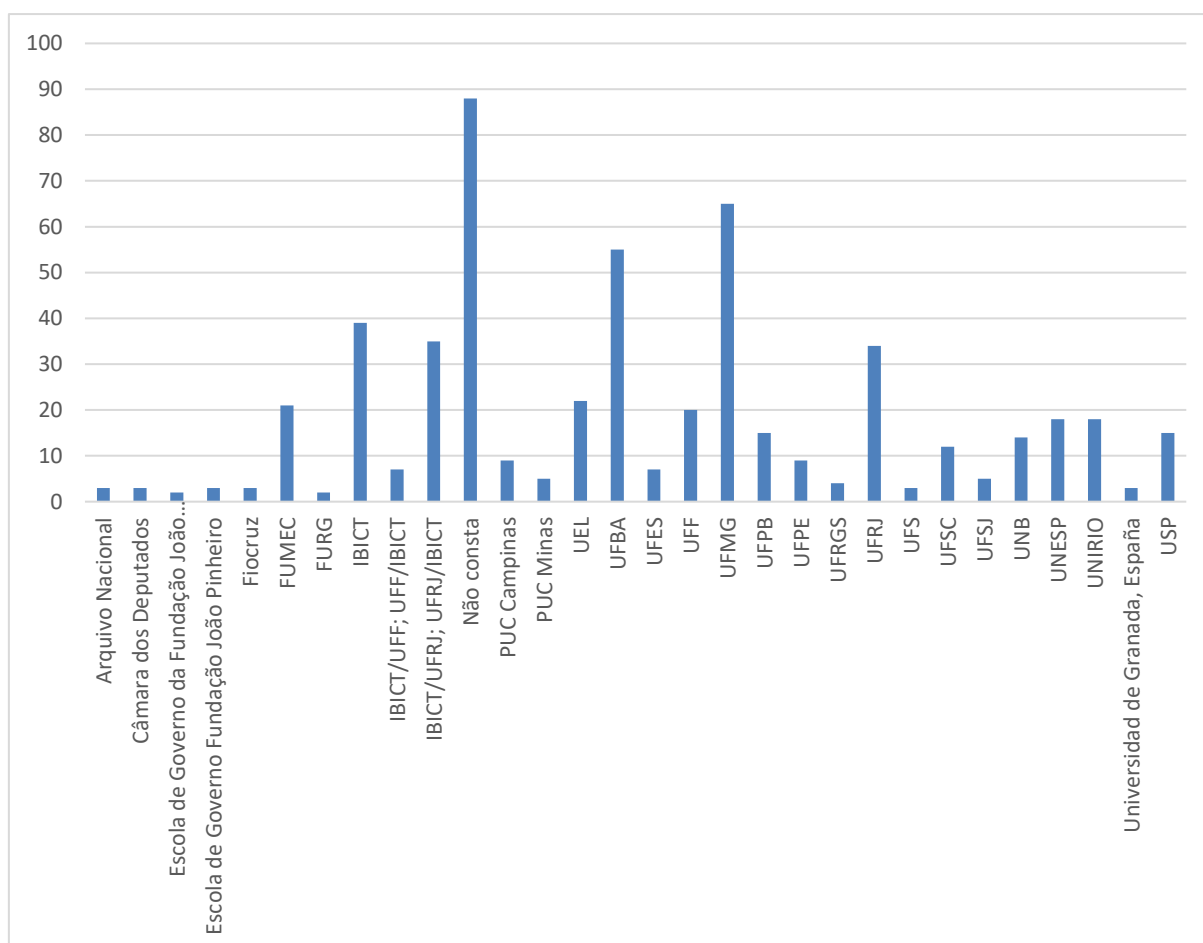
conjunto de práticas/ações encaminhadas à manutenção, reprodução ou mudança e reformulação de um regime de informação, no espaço local, nacional ou global de sua manifestação” (GOMÉZ, 1997 *apud* AUN, 2001, p. 4).

É possível identificar que Braman (1995) aprofunda e elucida os aspectos generalizados nas citações dos autores anteriores. Porém, ela destaca que compreender a PI como dependente das tecnologias de informação, permite identificar neste ambiente o controle da cultura, da política e da economia. Podemos considerar que a autora destaca alguns aspectos do regime de informação, que é desenvolvido também em 1995, pela citação de Frohman (1995, p. 2) que considera a PI como “[...] conjunto de práticas que mantém um Regime de Informação.” Braman atrela a PI às TIC, Frohmann (1995) complementa não haver delimitação da área nesta perspectiva, como também vislumbrar as relações entre informação e poder na CI, e não somente pela visão tecnológica e/ou epistemológica.

Para este mesmo autor, restringir também à PI aos problemas relacionados à produção, organização e disseminação científica e técnica, limita o alcance daqueles que geram e são afetado pelas PI. Portanto, uma das motivações dos estudos sobre PI versa sobre “[...] fazer intervenções inteligentes e socialmente responsáveis no exercício do poder e controle sobre a informação (FROHMANN, 1995, p. 2). Deste modo, Frohmann não apenas justifica, mas destaca a importância do Regime de informação para a PI.

Entre as citações mais recentes, Bezerra, (2018) e González de Gómez (2012) consideram que a partir do regime de informação é possível trazer um olhar crítico para a PI, ampliando o conceito da área para além dos aspectos restritos à gestão. Complementando esta ideia, Massensini e Frota (2018) consideram que a PI regula determinadas redes de informação e as dialéticas territoriais existentes. Os fatores econômicos, culturais e organizacionais são parte do processo da PI (OGÉCIME; MOURA, 2018).

Como o Enancib recebe pesquisadores de diversas instituições, desde a sua primeira edição do GT5, em 2005, até a edição de 2019, foram recuperados trabalhos de 61 instituições diferentes, mostrando assim a abrangência e importância deste evento na área da CI. Os dados aqui apresentados (Gráfico 1) contabilizam cada vínculo institucional autor dos artigos recuperados, ou seja, há artigos com até cinco autores e, em alguns casos, de diferentes instituições em um único artigo.

Gráfico 1 – Vinculação institucional dos autores

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Nesses 15 anos de evento, 571 vínculos institucionais foram registrados, em que 61 instituições surgindo pelo menos uma vez e 30 instituições aparecendo mais de duas vezes. Um dado a se frisar é que 88 pesquisadores não apresentaram o seu vínculo com nenhuma instituição, demonstrando a não exigência dessa informação nas inscrições até o ano de 2014.

Em 2005 o evento aconteceu na cidade de Florianópolis (SC), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A instituição que mais representou com número de pesquisadores foi a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas com quatro pesquisadores e em seguida, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com três pesquisadores.

No ano de 2006, o evento aconteceu na cidade de Marília, interior de São Paulo, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), quando foram apresentados apenas 11 trabalhos no GT5. A instituição com maior

número de pesquisadores foi a Universidade Federal da Bahia (UFBA) com quatro pesquisadores, ressalta-se aqui que mais quatro pesquisadores não revelaram o vínculo institucional.

Em 2007, o evento ocorreu em Salvador (BA), UFBA, a instituição de maior recorrência foi a UFMG com oito resultados, seguida da PUC Campinas e UFSC com três resultados para cada instituição, dois vínculos institucionais não foram identificados nesse ano.

No ano de 2008, o evento aconteceu em São Paulo (SP), na Universidade de São Paulo (USP). Dos vínculos institucionais identificados, 13 são da UFBA, cinco da UNESP e IBICT, três da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Em 2009, o evento foi realizado em João Pessoa (PB), na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sete vínculos são da UFBA, quatro do IBICT, três em cada uma das seguintes instituições: Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), UFSC, UNESP, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e UFMG. Neste ano há um trabalho que contribui especificamente para área da PI, intitulado Política de informação: tendências internacionais pela autoria de Terezinha Elisabeth da Silva e Maria Inês Tomaél.

Realizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ) em 2010, o evento aconteceu sob a organização de três entidades: IBICT/UFRJ; Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Dos vínculos identificados, destacam-se seis da UFBA e quatro da UFMG.

Nas edições de 2008, 2009 e 2010 do evento não foram identificados vínculos institucionais ocultos, em contrapartida, no ano de 2011 o evento que aconteceu em Brasília (DF) na Universidade de Brasília (UnB), 32 autores não apresentaram qualquer relação com alguma instituição. Porém foram identificados outros quatro vínculos do IBICT.

Em 2012, realizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ) pela Fiocruz, a instituição com maior número de vínculos foi o IBICT/UFRJ com 12, seguido da UFBA com seis, IBICT e UFMG com cinco, três resultados da Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e outros três não foram identificados. Neste ano é possível identificar as instituições situadas no mesmo local de realização do evento foram as mais recorrentes.

O evento de 2013 ocorreu em Florianópolis (SC) realizado pela UFSC, e as instituições mais presentes foram seis vínculos do IBICT/UFRJ e UEL, cinco da UFMG e UFBA, quatro UnB, UNIRIO e IBICT, e outros dois sem identificação.

No ano de 2014, na cidade de Belo Horizonte (MG), o evento aconteceu na UFMG. Diferente dos anos anteriores, neste há apenas dois vínculos do IBICT/UFRJ e outros 45 vínculos não foram identificados. Apesar de significativo, esta é a última edição do evento em que não há vínculo institucional não explicitado pelos autores, sendo possível constatar que a obrigatoriedade de os autores apresentarem alguma afiliação institucional ao submeterem trabalhos no encontro anual.

Em 2015, o evento ocorreu em João Pessoa (PB) na UFPB e a instituição de maior recorrência foi a UFMG com seis vínculos, seguido da UFRJ com cinco, e Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), UFPE, USP e UFF com dois cada.

Já em 2016, realizado em Salvador (BA), no evento organizado pela UFBA, foram identificados nove vínculos institucionais do IBICT/UFRJ, cinco da UFRJ, quatro foram da UFMG, e três da UFBA, UNIRIO, UnB.

No ano de 2017, o evento aconteceu em Marília (SP), promovido pela UNESP. Nesta edição, recuperou-se cinco vínculos do IBICT, quatro da UFMG e FUMEC, três UnB e UFF. Em 2018, realizado em Londrina (PR), organizado pela UEL, oito vínculos institucionais são da UFMG, cinco da UFRJ, e 3 da UNESP.

E, na última edição em 2019, ocorrido na cidade de Florianópolis (SC), organizado pela UFSC, dos vínculos recuperados 12 são da FUMEC, dez UFMG, sete UFRJ, seis UFPB, IBICT/UFRJ e IBICT, quatro são UFF e UEL, e três Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Historicamente, considerando todos os anos, a instituição que mais publicou foi a UFMG com 65 ocorrências, seguido da UFBA com 55 e IBICT com 39, IBICT/UFRJ com 35, UFRJ com 34, UEL com 22, FUMEC com 21, UFF com 20, UNIRIO e UNESP com 18, USP e UFPB com 15, UnB com 14, UFSC com 12, UFPE e PUC Campinas com nove resultados, UFES e IBICT/UFF com sete, PUC Minas e UFSJ com cinco, UFRGS com quatro, UFS, Universidad de Granada (Espanña), Arquivo Nacional, Câmara dos Deputados, Escola de Governo Fundação João Pinheiro e Fiocruz três resultados cada, Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG/FJP) e FURG com dois resultados cada. Outras instituições aparecem

apenas uma vez.

Importante frisar que há uma heterogeneidade na grafia dos vínculos institucionais, fato que é um dificultador para análise aqui proposta já que afeta a recuperação dos dados devido a não padronização. Há muitas abreviações e siglas, alguns exemplos: Fac. Estácio de Sá de BH; FURNAS; IBGE; IFPB; IFRJ; INMETRO; INPI. Variedade de ordenação de nomenclatura: IBICT/UFF ou UFF/IBICT; IBICT/UFRJ ou UFRJ/IBICT. E, alguns nomes são escritos por extenso seguido da abreviação: Universidade do Grande ABC (UniABC).

Além dos vínculos institucionais, verificou-se quais os autores que publicaram e mais publicam, pois estão atrelados a estas instituições constantes no GT5 do Enancib. Os dados foram dispostos em nuvem de palavras, em que o tamanho de destaque da palavra é proporcional ao número de vezes que ela foi recorrente, conforme a Figura 5:

Figura 5 – Autores e número de publicações



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Dos 325 diferentes autores recuperados, 22 artigos publicados são de Marta Macedo Kerr Pinheiro, 16 de Sarita Albagli, 12 de Clóvis Montenegro de Lima, 11 de José Maria Jardim e Liz-Rejane Issberner, cada, oito de Georgete Medleg Rodrigues, sete de Ana Maria Barcellos Malin, Jussara Borges, Othon Fernando Jambeiro Barbosa e Terezinha Elisabeth da Silva, seis de Helena Pereira da Silva, cinco de Joana Coeli Ribeiro Garcia, Renato Pinto Venâncio e Rodrigo Moreno Marques.

Quatro resultados para cada um dos seguintes autores: Ana Maria Pereira Cardoso, Arthur Coelho Bezerra, Benjamin Luiz Franklin, Edilene Maria da Silva, Elaine Cristina Santos Sampaio, Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira, Maria Guiomar da Cunha Frota, Maria Inês Tomaél, Maria Lucia Maciel, Patrícia Mallmann Souto Pereira, Rogério Luís Massensini, e Rosane Sobreira.

Três trabalhos para cada autor, sendo eles: Adriana Mendes de Araújo, Angela Maria Grossi de Carvalho, Bruno Fuser, Cezar Karpinski, Elisa Campos Machado, Evelin Mintegui, Fernando Augusto Mansor de Mattos, Gilda Olinto, Gilvan de Oliveira Vilarim, Giuseppe Mario Cocco, Isa Maria Freire, J. Carlos Fernández-Molina, José Carlos Sales dos Santos, Juliana do Couto Bemfica, Luiz Carlos da Silva, Marcelo Franco Porto, Marcia Martins de Oliveira, Marcio Gonçalves, Marco André Feldman Schneider, Maria Aparecida Moura, Maria Nélide González de Gómez, Patrícia Nascimento Silva, Rose Marie Santini, Sandra de Albuquerque Siebra, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti, Silvana Drumond Monteiro, Susane Barros, e Valéria Cristina Lopes Wilke.

Entre os trabalhos recuperados, 40 autores têm dois artigos publicados cada: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte, Adriane Maria Arantes de Carvalho, Ana Celeste Indolfo, Ana Ligia Silva Medeiros, Ana Maria de Almeida Ribeiro, Ana Paula Ribeiro, Barbara Coelho Neves, Bruno Nathansohn, Carmem Lucia Batista, Cintia A. Chagas Arreguy, Cleide Luciane Antoniutti, Dirlene Santos Barros, Edivanio Duarte de Souza, Elizabeth Maria Freire de Jesus, Gustavo da Silva Saldanha, Herbert de Oliveira Rego, Ivete Pieruccini, José Mauro Matheus Loureiro, Juan Carlos Fernández-Molina, Katia Santiago Ventura, Larissa Santiago Ormay, Leonora Corsini, Lilian Viana, Lorena Macambira, Lucileide Andrade de Lima do Nascimento, Ludmila dos Santos Guimarães, Marcello Martins Soares, Mardochee Ogécime, Maria Cristina Guimarães Oliveira, Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Pedro Alves Barbosa Neto,

Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos, Renata Abrantes Baracho, Ronara Cristina Bozi dos Reis, Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, Sandra Lúcia Rebel Gomes, Sérgio Conde de Albite Silva, Simone da Rocha Weitzel, Thiago Gomes Eirão, e Valdir Jose Morigi.

Por fim, são 231 resultados para os autores que possuem apenas um trabalho publicado cada. Importante destacar que se identificou variedades terminológicas nos nomes dos autores, ou seja, não há uma padronização. As variedades são referentes ao uso ou não de acentos, abreviação ou supressão de sobrenome, utilização ou não do sinal (-) para separar nome. São eles: Clóvis Montenegro de Lima / Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Jose Maria Jardim / José Maria Jardim; Liz Rejane Issberner / Liz-Rejane Issberner; Georgete Medleg Rodrigues / Georgette Medleg Rodrigues; Othon Fernando Jambeiro Barbosa / Othon Jambeiro; Renato Pinto Venâncio / Renato Pinto Venancio; Elaine Cristina Santos Sampaio / Elaine Sampaio; Lucia Maciel Barbosa de Oliveira / Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira; Maria Inês Tomael / Maria Inês Tomaél; César Karpinski / Cezar Karpinski; Gilvan de Oliveira Vilarim / Gilvan Vilarim; Giuseppe Cocco / Giuseppe Mario Cocco; Marcia Martins de Oliveira / Marcia Martins Oliveira; Marco André Feldman Schneider / Marco Schneider; Maria Nelida González de Gómez / Maria Nélide Gonzalez de Gomez / Maria Nélide González de Gómez; Silvana A. B. G Vidotti / Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti / Silvana Vidotti; Gustavo da Silva Saldanha / Gustavo Silva Saldanha; Herbert de Oliveira Rego / Herbert Oliveira Rego; Juan Carlos Fernandez Molina / Juan Carlos Fernández-Molina; Maria Cristina Guimarães Oliveira / M. Cristina Guimarães Oliveira; e por fim, Maria Teresa Navarro / Maria Teresa Navarro de Britto Matos.

Estas inconsistências terminológicas acima apresentadas, afetam diretamente na organização e recuperação da informação. O autor, ao submeter o trabalho no evento, é responsável por preencher os metadados de submissão. Portanto supõe-se que os próprios autores que atribuem as autoridades da publicação, causam esta inconsistência terminológica, assim como acontece com as palavras-chave, como podemos verificar abaixo.

As palavras-chave são a representação do assunto de um documento. No Enancib elas são atribuídas pelos autores dos artigos, portanto analisou-se as palavras mais recorrentes anualmente. Estes dados foram dispostos

em nuvem de palavras, em que o tamanho e destaque da palavra é proporcional à quantidade de vezes que aparece, conforme Figura 6 a seguir.

Figura 6 – Palavras-chave 2005



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Em 2005, ano de surgimento do GT5, as palavras-chave mais utilizadas foram: conhecimento, inclusão digital, informação, inclusão social, governo eletrônico, telecentro, sociedade da informação. Identificou-se também algumas palavras em espanhol.

Figura 7 – Palavras-chave 2006



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Em 2006, os assuntos: Governo eletrônico, inclusão digital, cidadania, exclusão digital, gestão da informação, infoinclusão e conhecimento ganham

No ano de 2010, destacam-se: inclusão digital, inclusão social e análise de redes. Há trabalhos sem palavras-chave (apresentados nesta pesquisa como: “não consta”) e as abreviações OMPI, ALA. Uso de contextualização do tema, por exemplo Brasil – internet, Brasil – *websites* municipais, isso permite aos usuários identificar sobre qual enfoque dado ao assunto representado naquela pesquisa.

Figura 12 – Palavras-chave 2011



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Em 2011, os assuntos estão relacionados a Informação, políticas de informação, segurança pública, políticas públicas. Novamente, identificou-se artigos sem palavras-chave o que afeta diretamente a comunicação científica, pois o trabalho poderá não ser recuperado em seu máximo potencial.

No ano de 2013 permanecem em destaque os artigos sem palavras-chave, seguido dos assuntos Regime de informação, arquivo nacional, informação, políticas arquivísticas, Lei De Acesso à Informação e segurança pública.

Figura 15 – Palavras-chave 2014



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Em 2014 foi o ano de maior homogeneidade de variedade e recorrência de palavras, destacou-se a Lei de Acesso à Informação que surgiu mais vezes. A partir deste período já não foram identificados artigos sem palavras-chave, por isso há maior variedade de assuntos. Entretanto, observa-se clara dispersão de palavras-chave.

Figura 19 – Palavras-chave 2018



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Assim como o ano anterior, em 2018 os assuntos mais recorrentes foram Regime de informação, Ciência da Informação, Lei de Acesso à Informação, política(s) de informação, políticas públicas. Destaca-se o uso de abreviações como Enancib, DGBR. Uso de plural e singular.

Figura 20 – Palavras-chave 2019



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Neste último ano da coleta, em 2019, destacam-se os temas Política de informação, regime de informação, biblioteca escolar, Brasil, inovação, ciência da informação, produção científica e Lei de Acesso à Informação. Observa-se o uso de palavras para contextualizar: Informação – conhecimento, tecnologia; e palavra por extenso seguido de abreviações: Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTS). Número de legislação: Lei n. 12.244/2010. E palavras sem complemento, como: manipulação, trabalho, Canadá, Espanha.

Posterior a discussão dos resultados desta investigação, tem-se alguns fatores que limitaram o estudo, pois para cumprir os objetivos, levantou-se os artigos disponibilizados online no repositório BENANCIB, a partir do uso de estratégias de busca e refinamento de pesquisa. Constatou-se que o repositório não está atualizado com todas as edições do evento, sendo necessário uso de novas estratégias de busca nos respectivos *websites* de edição do evento para obtenção dos dados para esta pesquisa.

Em razão do GT5 surgir em 2005, há recorte cronológico de 2005 a 2019, e também devido as diferentes modalidades disponíveis para submissão de trabalho no ENANCIB, foi delimitado que apenas os trabalhos de comunicação oral foram coletados para verificar os conceitos sobre PI, e em 2019 passa a ser nomeado por trabalho completo. Isto posto, o corpus foi constituído da seguinte forma: 461 resultados totais, 359 são do GT5. Destes, 71 são pôster e 252 de comunicação oral/trabalho completo e 42 trabalhos tem conceitos sobre PI.

Considerando os resultados obtidos com os filtros e estratégias de pesquisa, foram poucos os trabalhos que conceituaram a PI, sendo assim apesar de estarem relacionados a temática, a grande maioria das pesquisas não citaram e/ou definiram a PI, ou seja, isto demonstrou que apesar de o termo ter sido utilizado, ele não foi aprofundado como demanda a complexidade do assunto. O fortalecimento de estudos que conceituem a PI são importantes para o desenvolvimento do conceito do tema no âmbito da CI. Isto posto, encaminha-se as considerações finais da pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente é perceptível que no decorrer dos anos, conforme determinado tema é mais estudado ou debatido, há um incremento de palavras e conceitos que permeiam tal tema, fazendo com que as nuvens retratem isso de forma mais homogênea. É possível que isto ocorra devido as regras de submissão que foram sendo modificadas no avançar das edições, pois nas últimas edições, o número máximo de palavras-chave atribuídas ficam entre três a cinco. Apesar disto, há o uso de muitas abreviações e siglas que podem gerar confusão ao recuperar a informação. Como aconteceu em alguns casos, o ideal é que seja feito o uso do nome escrito por extenso seguido da abreviação/sigla, assim como nos casos de nomes próprios, apesar de alguns serem bem conhecidos, é interessante a inclusão de um termo significativo para representar e contextualizar a temática. Outra questão a ser considerada é sobre uso de plural e singular, pode também ocasionar em confusão para recuperar o trabalho.

Inicialmente os assuntos dos artigos nas palavras-chave eram focados em ambientes físicos, como: telecentros, bibliotecas, arquivos e etc. e no decorrer dos anos foram sendo atrelados ao ambiente virtual e digital, a partir das incidência das palavras: *e-science*, governo eletrônico, *second life*, *web* e etc. Também foi descoberto que no avançar das edições, os assuntos relacionados a sociedade, como inclusão digital, acesso à informação, comportamento, necessidade e uso da informação, dentre outros, são mais recorrentes.

Um tema predominante no período pesquisado é a Lei de Acesso à Informação (LAI), observando que aparece de diferentes formas até que seja padronizada. No ano de 2010 apareceu como: acesso à informação, em 2012 como Lei de Acesso à Informação Pública e do ano de 2013 em diante o termo LAI finalmente é padronizado na relação de palavras-chave. Isto se deve ao fato de que as discussões sobre o tema intensificou-se em 2010, foi promulgada em 2011, e entrou em vigência no ano de 2012. Deste modo, verifica-se que os estudos da área da PI do GT5 está em consonância a realidade social do país.

Considerando os aspectos sociais, foi possível perceber uma tendência de estudos futuros dentro da área da PI. Foram recuperadas as seguintes palavras-chaves que demonstram essa tendência: dados abertos, direito à acesso,

regime de informação, Ciência da Informação, política de informação, ética, desinformação, *fake news*, direitos autorais, bibliotecas digitais clandestinas, poder, controle social da informação.

Em geral, não foi possível identificar uma padronização terminológica nos diferentes aspectos em que os dados foram analisados, ou seja, não houve padronização dos nomes dos autores citados, dos vínculos institucionais, dos autores que publicaram no evento, nem das palavras-chave. Supõe-se que isto ocorra pelo fato do evento não utilizar um instrumento de controle terminológico, como por exemplo um vocabulário controlado ou descritor. Sendo assim, cada autor, com sua subjetividade, atribui os metadados na submissão dos trabalhos de acordo com sua perspectiva.

Essa falta de padronização exemplificada acima faz com que haja dificuldade dos usuários para encontrar determinados assuntos, mesmo havendo uma grande oferta de documentos, pois não estão bem representados e organizados. Portanto, ressalta-se a importância de padronizar os metadados dos artigos, conscientizando os pesquisadores em representar o mais fielmente possível os assuntos abordados nas pesquisas.

A padronização dos termos possibilita melhor recuperar e organizar a informação e o conhecimento. Sugere-se que em pesquisas futuras sejam analisadas a possibilidade do desenvolvimento de um sistema de controle de vocabulário para autoridade, instituições e palavras-chave visando sanar esta dificuldade identificada neste trabalho. Isto facilitará também a constante atualização de termos, e em consequência melhor identificação de novos assuntos a serem estudados. Uma possível solução para controle de autoria seria a utilização do Open Researcher and Contributor ID (ORCID) na submissão dos trabalhos, pois este é um identificador digital único, persistente e gratuito para pesquisadores que visa evitar a ambiguidade e homônimos.

A partir dessa pesquisa foi possível perceber que a conceituação da PI no Brasil é algo recente e que ainda é muito implícita dentro de outros temas, tendo muitas vezes o pesquisador que recorrer às pesquisas de outras nacionalidades. Porém, é preciso deixar claro que as análises expostas nesta pesquisa sobre o conceito e assuntos da PI são influenciadas diretamente pela estratégia de busca, delimitação de corpus e da metodologia da pesquisa.

Portanto, considerando que no evento do Enancib são aceitos e publicados trabalhos de pesquisadores em nível da Pós-graduação, constata-se que é relevante também observar a temática nas grades curriculares dos cursos de graduação da Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia, bem como nos periódicos científicos nacionais da área para verificar o desenvolvimento da PI no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ANCIB). [S. l.]: Ancib, 2019. Disponível em: <https://www.ancib.org.br/front-page>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- AUN, M. P. Políticas públicas de informação e desenvolvimento. *In*: PAIM, I. (org.). **A gestão da Informação e do Conhecimento**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003, v. 1, p. 21-34.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRAMAN, S. **Change of state**: information, policy and power. London: MIT Press, 2006.
- BRAMAN, S. **Change of state**: information, policy, and power. Cambridge: MIT Press, 2009.
- BRAMAN, S. Defining information policy. **Journal of Information Policy**, v. 1, p. 1-5, 2011. Disponível em: http://people.tamu.edu/~braman/bramanpdfs/38_defininginfopolicy.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.
- BRAMAN, S. The Emergent Global Information Policy Regime. *In*: BRAMAN, Sandra. **The Emergent Global Information Policy Regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- BRASIL. **Lei Nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BRASIL. **Lei Nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro branco**: ciência, tecnologia e inovação. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: MCT/CGEE, 2010.
- BROWNE, M. The field of information policy: fundamental concepts. **Journal of information Science**, Brighton, v. 23, n. 4, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/016555159702300401>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- CACALY, S. Les pouvoirs publics dans l'histoire des banques de données. **Documentalistc/Science de l'Information**, Paris, v. 27, n. 3, p. 127-131, mai./juin, 1990. Disponível em:

francis.inist.fr/vibad/index.php?action=getRecordDetail&lang=en&idt=6913375.
Acesso em: 15 mar. 2020.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Centro de memória**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2019. Disponível em:
<http://centrodememoria.cnpq.br/historiaoral.html>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ENANCIB. **Grupos de trabalho**. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em:
<http://www.enancib2019.ufsc.br/gts/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

FERREIRA, E. G. A.; SANTOS, E. S.; MACHADO, M. N. Políticas de informação no brasil: a Lei de Acesso à Informação em foco. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/68881>. Acesso em: 15 dez. 2019.

FERREIRA, E. G. A.; SANTOS, E. S.; MACHADO, M. N. Políticas de informação no brasil: a lei de acesso à informação em foco. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16940>. Acesso em: 15 mar. 2020.

FREIRE, I. M.; ALVARES, L. 25 anos da ANCIB: relatos sobre sua história e contribuição para a área de Ciência da Informação no Brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da informação**, v. 6, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/download/292/292>. Acesso em: 15 mar. 2020.

FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. *In*: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995. **Proceedings** [...] Edmonton: Alberta, 1995. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.517.5320&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política. **Revista Internacional de Estudos Políticos**. NSEG/UERJ, v. 1, n. 1, p.67-93, abr. 1999. Disponível em: [http://dici.ibict.br/archive/00000213/01/Ci\[1\].Inf-2004-582.pdf](http://dici.ibict.br/archive/00000213/01/Ci[1].Inf-2004-582.pdf) Acesso em: 15 mar. 2020

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência e Informação**, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000100004>. Acesso em: 15 mar. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, 2001. Disponível em:
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/433/243>. Acesso em: 15 mar. 2020.

HJORLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002. Disponível em:

https://pdfs.semanticscholar.org/7c9e/40b40f900232b6039bd3819d43db78d538a2.pdf?_ga=2.81297687.1489340419.1595884607-2089623536.1595884607. Acesso em: 10 jun. 2020.

HJORLAND, B. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, v. 30, n. 3, fev./mar. 2004. Disponível em:

<https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/bult.312>. Acesso em: 10 jun. 2020.

HJORLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, p.400-425, 1995. Disponível em:

<https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199507%2946%3A6%3C400%3A%3AAID-ASI2%3E3.0.CO%3B2-Y>. Acesso em: 10 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – (IBICT). **Histórico**. Brasília: MCTI, 2018. Disponível em: <https://ibict.br/sobre-o-ibict/historico>. Acesso em: 10 jun. 2020.

JAEGER, P. T. Information Policy, Information Access, and Democratic Participation: The National and International Implications of the Bush Administration's Information Politics." **Government Information Quarterly**, v. 24, n. 4, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2007.01.004>. Acesso em: 15 fev. 2020.

JARDIM, J. M.; MARCONDES, C. H. Políticas de Informação Governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil.

DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, v. 4, n. 2, abr. 2003. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/venancib/paper/view/1923/1064>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LAW, D. Information policy for a new millennium. **Library Review**, v. 49, n. 7, p. 322-330, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00242530010344183>. Acesso em: 15 fev. 2020.

LEMOS, A. A. B. de. Política de informação em ciência e tecnologia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 18, n. 1, 1990. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77705>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. "Regime" e "Informação": a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, v. 7, n. 2, 17 out. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v7i2.392>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MOORE, N. **Information policy**: a discussion paper of the Policy Studies Institute's information policy programme. London: Policy Studies Institute, 1990.

OLIVEIRA, A.; BIANCHETTI, L. Documentos de política científica e educacional: convergências em torno da educação básica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 33, n. 1, p. 151-166, abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/68640>. Acesso em: 19 mar. 2021.

PASEK, J. E. Defining Information Policy: relating issues to the information cycle. **New Review of Academic Librarianship**, v. 21, p. 286-303, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13614533.2015.1009126>. Acesso em: 20 out. 2019.

PINHEIRO, M. M. K. Estado informacional: implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 61-77, jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/11998>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PINHEIRO, M. M. K. Processo de transformação das políticas de informação no estado informacional. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 113-126, jan./dez. 2010.

POLANCO, X. **Aux sources de la scientométrie**. Solaris: Presses Universitaires de Rennes, 1995. Disponível em: <https://pascal-francis.inist.fr/vibad/index.php?action=getRecordDetail&idt=3266221>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROWLANDS, I.; EISENSCHITZ, T.; BAWDEN, D. Frame analysis as a tool for understanding information policy. **Journal of Information Science**, v. 1, n. 28, p. 31-38, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/016555150202800104>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SAMBAQUY, L. Q. O IBBD e a informação científica no Brasil. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 7, n. 1, p. 10-18, maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000100006>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SCIENCE, GOVERNMENT, AND INFORMATION: a summary of the Weinberg Report. **STWP Review**, v. 11, n. 2, p. 22-24, 1964. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43093809>. Acesso em: 06 jun. 2020.

SILVA, C. G.; MELO, L. C. P. (coord.). **Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira – livro verde**. Brasília: MCT/Academia Brasileira de Ciências, 2001.

SILVA, L. A. G. Políticas e sistemas nacionais de informação no MERCOSUL: uma abordagem preliminar. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, p. 71-76, jan./abr., 1993. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/521>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SILVA, T. E.; PINHEIRO, M. M. K. Políticas de Informação no âmbito do Enancib. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 12. Brasília, 2011. **Anais [...]**. Brasília: Ancib, 2011. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1703/Políticas%20-%20Silva.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SILVA, T.; EIRÃO, T. Mapeamento e tendências do GT5 do ENANCIB: um estudo dos trabalhos apresentados de 2011 a 2018. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20. Florianópolis, 2019. **Anais [...]**. Florianópolis: Ancib, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1103>. Acesso em: 29 out. 2019.

TAKAHASHI, T. (org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Socinfo/MCT, 2000.

VARGAS, D. A. C.; PINHEIRO, M. M. K. Política e sociedade da informação: reconfiguração e força. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 10., 2009, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/view/3261/2387>. Acesso em: 10 jun. 2020.

APÉNDICE

APÊNDICE A – Coleta de citações

ANO DO EVENTO	ANO DA CITAÇÃO	AUTORIA	CITAÇÕES	REFERÊNCIA DA CITAÇÃO
2008	2008	Aquino	[...] políticas de informação devem ser pensadas como uma prioridade para a sociedade brasileira, observando-se as demandas e as particularidades de cada contexto. (AQUINO, 2008)	AQUINO, Mirian de Albuquerque. A inclusão de afrodescendentes nas políticas de informação: por uma compreensão da diversidade cultural. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i> , 9., 2008, São Paulo. Anais [...] . São Paulo: USP, 2008.
2017	2001	Aun	[...] a sociedade contemporânea modifica a face da informação e o tecido social se transfigura, dando nova dimensão à política de informação (AUN, 2001).	AUN, Marta Pinheiro. Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação . 2001. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro.
2011	2001; 2008	Aun, Kerr Pinheiro	Não há mais uma direção central nos governos. A política de informação de longo prazo, documentada e explicitada em lei, não mais existe. Foi substituída por programas e planos publicados em sites governamentais de forma bem fragmentada, em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Não mais se direciona pela transferência de informação científica e tecnológica e responde por campos e níveis múltiplos de informação (AUN, 2001, KERR PINHEIRO, 2008).	AUN, Marta Pinheiro. Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação . Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT-CNPq / ECO - UFRJ, Rio de Janeiro, 2001. KERR PINHEIRO, Marta. L'État Informationnel et les changements dans les formes de médiations info-communicationnelles des connaissances sur les politiques de l'information . Rapport de recherche post-doctorale en Sciences de l'Information et de la Communication, sous la direction de Viviane COUZINET. Toulouse: LERASS, Université Paul Sabatier, Toulouse III, 2008.
2011	2003	Aun	Tratando-se de política pública de informação, esta pode ser entendida como planos, programas e projetos de ações ou empreendimentos públicos na área da informação. Neste caso, as políticas públicas de informação são assim identificadas em razão de uma conjuntura atual que exige ações emergenciais que têm resposta em governos que primam pela urgência e não pelo planejamento de longo prazo (AUN, 2003).	AUN, Marta Pinheiro. Políticas públicas de informação e desenvolvimento. <i>In: PAIM, I. (org.). A gestão da informação e do conhecimento</i> . Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003.
2009	2003	Barreto	Para Barreto (2003), a política de informação diz respeito à "passagem de uma intenção formal de um discurso de governo para sua implementação como uma ação coordenada de governo".	BARRETO, A. A. Políticas nacionais de informação: discurso ou ação: apenas um olhar em três documentos sobre o assunto. DataGramZero , v.4, n. 2, abr. 2003.

2019	2018; 2012	Bezerra, González de Gómez	O conceito de regime de informação ajuda a configurar o contexto e relações de forças pertinentes a uma ação no campo da política em informação, contemplando sujeitos, leis, instituições e suas conexões, propiciando olhar crítico sobre tal política, ultrapassando o mero estudo de etapas da gestão (Bezerra, 2018; González de Gómez, 2012).	BEZERRA, A. Contribuição da Teoria Crítica aos estudos sobre regime de informação e competência crítica em informação. <i>In: XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. Anais [...]</i> . Londrina, 2018. GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Regime de informação: construção de um conceito. Informação e Sociedade , v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.
2016	2011	Braman	A definição clássica restrita a política de informação envolve aspectos relacionados ao acesso à informação governamental, a propaganda, a leis e regulação. Segundo Braman (2011, tradução livre), o primeiro uso da expressão 'política de informação', por parte dos governos, se refere aos esforços de propaganda durante a Primeira Guerra Mundial. Braman (2011), considerando que a política de informação envolve aspectos relacionados ao acesso à informação governamental, a propaganda, a leis e regulação que convergem em toda a sociedade, nos processos da criação de informação, processamento, fluxos, acesso e uso.	BRAMAN, S. A Economia Representacional e o regime Global da Política de informação. <i>In: MACIEL, M.L. ALBAGLI, S. (orgs.). Informação, Conhecimento e Poder: mudança tecnológica e inovação social</i> . Rio de Janeiro: Garamond, cap.2, p.41-66, 2011.
2014	2006	Braman	[...] a políticas de informação devem abarcar a definição de Braman (2006), que a compreende como a legislação e o regulamento que se relacionam com qualquer nível de produção, criação, processamento (cognitivo e algorítmico), armazenamento, transporte, distribuição, uso e até destruição da informação.	BRAMAN, S. Change of state: information, policy and power . London: MIT Press, 2006.
2017	2006	Braman	Para Sandra Braman (2006, p. 1), a política de informação no Estado Informacional pode ser caracterizada pelo controle da criação, do processamento, do fluxo e do uso da informação.	BRAMAN, S. Change of state: information, policy and power . London: MIT Press, 2006.
2017	2011	Braman	Política de informação é composta por leis, regulamentos e posições doutrinárias – e outras tomadas de decisão e práticas com efeitos constitutivos sobre toda a sociedade - que envolvem geração, processamento, fluxo, acesso e uso da informação. (Tradução livre) Braman (2011, p. 3)	BRAMAN, S. Defining information policy. Journal of Information Policy , Harrisburg, v. 1, n, 1, p. 1-5, 2011.
2017	2011	Braman	A política de informação fornece um termo genérico para as leis, regulamentos e posições doutrinárias que lidam com a informação, comunicação e cultura, sendo composta por leis, regulamentos, doutrinas, e práticas com efeito construtivo sobre toda a sociedade envolvendo geração, processamento, fluxo, acesso e uso da informação (BRAMAN, 2011).	BRAMAN, S. Defining information policy. Journal of Information Policy , Harrisburg, v. 1, n, 1, p. 1-5, 2011.

2018	2011	Braman	Braman (2011) como a política relativa a qualquer fase de uma cadeia de produção de informação, desde a sua criação, passando pelo processamento até seu armazenamento ou destruição. A política de informação fornece um termo genérico para as leis, regulamentos e posições doutrinárias, que lidam com a informação, comunicação e cultura, além de tomadas de decisão e práticas com efeito construtivo sobre toda a sociedade, envolvendo geração, processamento, fluxo, acesso e uso da informação. A política de informação é viabilizada por um conjunto de leis, regulamentos, posições doutrinárias e outras tomadas de decisões e práticas com efeitos constitutivos que fomentam ou regulam a criação, processamento, fluxos, acesso e uso da informação em toda a sociedade.	BRAMAN, S. Defining information policy. Journal of Information Policy , Harrisburg, v. 1, n, 1, p. 1-5, 2011.
2019	2011	Braman	Política de informação é composta por leis, regulamentos e posições doutrinárias – e outras tomadas de decisão e práticas com efeitos constitutivos sobre toda a sociedade – que envolvem geração, processamento, fluxo, acesso e uso da informação. Braman (2011, p. 3)	BRAMAN, S. Defining information policy. Journal of Information Policy , Harrisburg, v. 1, n, 1, p. 1-5, 2011.
2019	1995	Braman	Compreender a política de informação como dependente das tecnologias de informação, conforme Braman (1995), torna a regulação neste ambiente fundamental para o controle da cultura, da política e da economia.	BRAMAN, S. Horizons of the state: information policy and power. Journal of Communication , New York, v. 45, n. 4, p. 4-24, 1995.
2018	2006	Braman	Segundo Braman (2006), uma política de informação compreende a capacidade de reunir e processar informações sobre os cidadãos e sobre os recursos e atividades no interior de um espaço específico e comum a uma esfera pública.	BRAMAN, S. Information, policy, and power in the informational state. <i>In</i> : BRAMAN, S. Change of state: Information, policy, and power . Cambridge, MA: MIT Press, 2006.
2019	2004	Braman	A teoria do regime destacou a auto-reflexividade da política de informação, segundo Braman (2004a), em três aspectos: i) a política de informação é sempre uma questão reflexiva do Estado-nação ou de outro sistema do qual deriva, já que ela se torna lastro para as demais tomadas de decisão; ii) destaca o papel da criação, processamento, fluxos e uso da informação como instrumentos de poder global e iii) a aprendizagem é importante para que os regimes se adequem às realidades que se alteram constantemente.	BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. <i>In</i> : BRAMAN, S. (ed.) The emergent global information policy regime . Houndsmills, UK: PalgraveMacmillan. Cap. 2, p. 12-37, 2004.
2009	2006	Braman	A política de informação, como uma das antigas formas de governança, coloca-se no mesmo processo de mudança do Estado, na medida em que passando a informacional este, “deliberadamente, explicitamente e de forma coerente coloca os controles da informação, seu tratamento, fluxos e utilização para exercício do poder” (BRAMAN, 2006)	BRAMAN, Sandra. Change of State: Information, Policy and Power . Cambridge: MIT Press, 2006.
2011	2006	Braman	A política de informação é aquela que engloba leis e regulamentos que lidam com qualquer estágio da cadeia de	BRAMAN, Sandra. Change of State: Information, Policy and Power . Cambridge: MIT Press, 2006.

			produção da informação, desde a sua criação, processamento (natural ou artificial), armazenamento, transporte, distribuição, recuperação, uso e a sua destruição. Percebe-se um movimento híbrido do público com o privado, nas formas de leis e regras e tanto a política de informação quanto a política de inteligência estão incluídas nesse processo (Braman, 2006)	
2009	2006	Braman	O documento de uma política de informação com seus códigos e sua linguagem devem traduzir as direções tomadas a partir das demandas e necessidades da sociedade. (BRAMAN, 2006).	BRAMAN, Sandra. Change of State: Information, Policy and Power. Cambridge: MIT Press, 2006.
2019	2009	Braman	Para Sandra Braman (2009, p. 1), a política de informação do Estado Informacional pode ser caracterizada pelo controle da criação, do processamento, do fluxo e do uso da informação.	BRAMAN, Sandra. Change of state: information, policy, and power. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2009.
2012	2011	Braman	Braman (2011, p. 2) considera a política da informação como um termo “guarda-chuva” para leis, regulamentos e posições doutrinárias que tratam de informação, comunicação e cultura.	BRAMAN, Sandra. Defining information policy. Journal of Information Policy , v. 1, p. 1-5, 2011.
2017	1995	Braman	Braman (1995) define política de informação como uma política relativa a qualquer fase de uma cadeia de produção de informação, que vai desde a criação, passando pelo processamento até seu armazenamento ou destruição.	BRAMAN, Sandra. Horizons of the state: Information policy and power. Journal of Communication , v. 45, n. 4, p. 4-24, 1995.
2008	2004	Braman	[...] a política de informação é sempre um assunto que reflete o estado-nação ou outro sistema do qual ela deriva, pois cria as condições sob as quais os processos de tomada de decisão ocorrem. (BRAMAN,2004b).	BRAMAN, Sandra. The Emergent Global Information Policy Regime. <i>In:</i> BRAMAN, Sandra. The Emergent Global Information Policy Regime . New York: Palgrave Macmillan, 2004, p. 12-38
2010	2004	Braman	A política de informação, processo de auto-reflexividade é sempre um assunto que reflete o Estado-Nação ou outro sistema do qual ela deriva, pois cria as condições sob as quais ocorrem os processos de tomada de decisão, e dirige especial atenção ao papel da criação, processamento, fluxo e uso da informação como ferramenta de poder nas relações globais. Finalmente, revela como um regime adapta-se às mudanças das realidades empíricas, inovativas, assim como sobre os resultados de suas experiências (BRAMAN, 2004).	BRAMAN, Sandra. The Emergent Global Information Policy Regime. <i>In:</i> BRAMAN, Sandra. The Emergent Global Information Policy Regime . New York: Palgrave Macmillan, 2004, p. 12-38
2014	2005	Branco	Branco (2005), as políticas de informação podem ser segmentadas em dois grupos distintos, a básica e a específica. A política de informação básica é aquela que se relaciona ao aspecto macro por estar associada à produção de informação em sentido amplo, estando ligada à tecnologia da informação, às telecomunicações e à política internacional. A política de informação específica tem um caráter mais particular, cujo objetivo maior é a implementação de ações e soluções para cada realidade distinta.	BRANCO, M. A. F. Brazil's national health information policy. <i>In:</i> WORLD CONGRESS ON HEALTH INFORMATION AND LIBRARIES, 9., 2005, Salvador - BA. Anais [...] . Salvador: ICML9 Abstracts - Commitment to Equity, 2005. p.34-34.

2009	1993	Burger	Já Burger (1993) afirma que as políticas de informação são o processo pelo qual se estabelecem parâmetros através dos quais a informação é controlada (criada, sintetizada, analisada, recuperada e usada) por seres humanos. "São mecanismos sociais usados para controle da informação e os efeitos sociais da aplicação destes mecanismos" (BURGER, 1993, p. 65).	BURGER, Robert. Information policy : a framework for evaluation and policy research. Ablex: Norwood, NJ, 1993.
2010	2000	Daniel apud Caridad Sebastián, Méndez Rodríguez e Rodríguez Mateos	A noção de "política de informação" tende a ser naturalizada e a designar diversas ações e processos do campo informacional: arquivos, bibliotecas, internet, tecnologia da informação, governo eletrônico, sociedade da informação, informação científica e tecnológica, etc. O objetivo fundamental das políticas de informação seria garantir o marco legal e institucional do qual decorre o intercâmbio formal de informação. Nessa direção, uma política de informação "é o conjunto de regras formais e informais que diretamente, restringindo, impulsionando ou de outra maneira, formam fluxos de informação". (Daniel apud Caridad Sebastián, Méndez Rodríguez e Rodríguez Mateos, 2000, p. 4).	CARIDAD SEBASTIÁN, Mercedes, MÉNDEZ RODRÍGUEZ, Eva Mª, RODRÍGUEZ MATEOS, David. La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada. El caso español. Ciência da Informação , v. 29, n. 2, 2000.
2009	1998	Davenport	A política de informação está presente em praticamente todas as organizações, já que a informação passa por influências de poder, política e econômica, a todo o momento (DAVENPORT, 1998).	DAVENPORT, T. H. Ecologia da informação : porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. Tradução Bernadete Siqueira Abrão. São Paulo: Futura, 2002.
2018	2004	Duff	As questões da política de informação incluem, mas não se limitam a: liberdade de informação, privacidade, censura, proteção de dados, segurança e sigilo, acesso, propriedade intelectual e autoral, transparência, infraestruturas de informação e fluxos de informação (DUFF, 2004)	DUFF, Wendy M. Mediação arquivística. <i>In</i> : ESTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (orgs). Correntes atuais do pensamento arquivístico . Belo Horizonte: ED. UFMG, 2016.
2009	2007	Farias, Vital	Contudo, "a política de informação deve estar de acordo com a estratégia geral da organização; deverá haver sincronismo entre o planejamento estratégico da organização e a política de informação" (FARIAS; VITAL, 2007, p. 94).	FARIAS, G. B.; VITAL, L. P. Informação para negócios e políticas de informação. Revista ACB : Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 87-98, jan./jun., 2007.
2018	2015	Franks	A política de informação pode e deve ser desenvolvida em diversos níveis organizacionais e se distribuir em diferentes níveis geográficos, que podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais (SHAFFER, 2015; FRANKS, 2015).	FRANKS, Patricia. Information Governance. <i>In</i> : DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. Encyclopedia of archival science . Maryland: Rowman & Littlefield, 2015, p. 227-231.
2014	2008	Freire	Freire (2008) que defende que as políticas de informação devem abordar a inclusão digital e social, mas também abranger a produção de conteúdo para que a sociedade tenha acesso livre e pleno à Internet, da mesma maneira que seja capaz de produzir seu próprio conteúdo de maneira independente e autônoma, suprimindo suas próprias necessidades informacionais.	FREIRE, G. H. A. Construção participativa de instrumento de política de pública para gestão e acesso à informação. Perspectivas em Ciência da Informação , Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p.195-207, set./dez. 2008.

2019	1995	Frohmann	[...] interpretava a política de informação: [...] como uma espécie de política governamental e, muitas vezes de forma ainda mais restritiva, como política governamental para documentos governamentais. [...] muitos estudiosos restringem os estudos de política de informação a problemas de produção, organização e disseminação científica e técnica; e esse enfoque restrito limita o alcance daqueles que geram políticas de informação ou são afetadas por elas. Agentes do governo, (americano) tais como ministérios, departamentos, agências, comitês e as elites disciplinares apoiadas pelo governo federal envolvidas na política de informação científica e técnica. (FROHMANN, 1995, p.3) (tradução da autora).	FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. <i>In</i> : ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995. Proceedings [...] Edmonton: Alberta, 1995.
2019	1995	Frohmann	Frohmann (1995) adverte que a preocupação com a tecnologia também desvia o olhar de outros problemas e demandas das políticas de informação. E outra limitação para pensar a política de informação (no caso dele, a norte-americana) sob o viés da Ciência da Informação, seria não perceber as relações entre informação e poder. Para ele, dar ênfase ao estudo das políticas de informação, observando apenas os problemas instrumentais (tecnológicos) e/ou as questões epistemológicas.	FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. <i>In</i> : ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995. Proceedings [...] Edmonton: Alberta, 1995.
2019	1995	Frohmann	Frohmann (1995) considera a política de informação como um conjunto de práticas que mantém um Regime de Informação.	FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. <i>In</i> : ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995. Proceedings [...] Edmonton: Alberta, 1995.
2018	1995	Frohmann	Frohmann (1995, p. 9), pois “uma das razões para estudar a política de informação é fazer intervenções inteligentes e socialmente responsáveis no exercício do poder e controle sobre a informação”.	FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. <i>In</i> : ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995. Proceedings [...] Edmonton: Alberta, 1995.
2018	2003	García Martínez	[...] a política de informação contempla não apenas aquelas relacionadas com arquivos e bibliotecas, mas também aquelas que convergem com outros campos de estudo para possibilitar aos cidadãos o cumprimento de seu direito à informação (GARCÍA MARTÍNEZ, 2003)	GARCÍA MARTÍNEZ, Ana Teresa. Política bibliotecaria. Convergencia de la Política cultural y la Política de Información. Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios . Asociación Andaluza de bibliotecarios. v.18, n. 71, 2003.
2009	1997	Gomez, 1997 apud Aun	Vista como “[...] o conjunto de práticas/ações encaminhadas à manutenção, reprodução ou mudança e reformulação de um regime de informação, no espaço local, nacional ou global de sua manifestação” (GOMÉZ, 1997 apud AUN, 2001, p. 4),	GONZÁLES DE GÓMES, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. DataGramZero , v. 1, n. 6, 2000.

2015	1999	González de Gómez	Uma Política de Informação, num sentido amplo, pode ser definida como o conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação, e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macropolíticas. González de Gómez (1999, p. 2-3). Uma Política de Informação se reconhece e caracteriza pela orientação e direção da vontade dos sujeitos que a agenciam, nunca pelos produtos, serviços, recursos e tecnologias que se encaminhem à ou que resultem da sua implementação. É fundamentalmente um ato de desejo onde intenção e direção condicionam seus mecanismos de realização. González de Gómez (1999, p. 4)	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. Informare : Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n 2, p. 7-31, 1999.
2012	1999	González de Gómez	[...] política de Informação segundo o conceito apresentado por González de Gómez (1999, p. 69): “conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macro-políticas”.	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Da organização do conhecimento às políticas de informação. Informare – Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jan./dez. 1996.
2009	1997	Gómez	As políticas de informação segundo Gómez (1997, p.11) correspondem “a um conjunto de práticas e ações encaminhadas à manutenção, reprodução, mudança e reformulação de um regime de informação, no espaço local ou global”. Ou seja, fazem referência ao controle e à organização planejada da informação, que bem estruturada pode contribuir para a melhoria dos níveis de conhecimento e igualdade da nação.	GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. Revista Internacional de Estudos Políticos , Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 67-93, abr./1999.
2010	1999	González de Gómez	González de Gómez (1999) oferece abordagens complementares à política de informação, conceituada como "o conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação, e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macropolíticas”.	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. Revista Internacional de Estudos Políticos , Rio de Janeiro, n.1, p. 67-93, abr. 1999.
2009	1999	González de Gómez	A política de informação, de modo amplo, também pode ser definida “como o conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de informação, e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macro-políticas” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 69, grifo nosso).	GONZÁLEZ DE GÓMEZ. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. Revista Internacional de Estudos Políticos – RIEP, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 63-97, abr. 1999.

2019	2015	Jaeger <i>et al.</i>	Para os autores, é fundamental que os estudantes entendam o campo da política de informação como um mosaico de questões sociais específicas relacionadas à informação, de modo a fornecer a esses alunos "um conjunto de ferramentas e habilidades intelectuais que possam aplicar ao enfrentarem e avaliarem essas políticas" e que disponham de condições para se engajarem na criação de novas políticas de informação (JAEGER et al., 2015, p. 186-187, tradução nossa).	JAEGER, P. T. <i>et al.</i> Teaching Information Policy in the Digital Age: Issues, Strategies, and Innovation. Journal of Education for Library and Information Science , v. 56, n. 3, p. 175-188, jul. 2015.
2015	2007	Jardim	Uma política de informação é mais que a soma de um determinado número de programas de trabalho, sistemas e serviços. É necessário que se defina o universo geográfico, administrativo, econômico, temático, social e informacional a ser contemplado pela política de informação. Jardim (2007, p. 3)	JARDIM, J. M. A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...] . Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.
2009	2003	Jardim e Marcondes (2003) e Barreto (2003)	Também significativas para as reflexões sobre política de informação são as contribuições de Jardim e Marcondes (2003) e Barreto (2003). O entendimento que os autores, em seus trabalhos, têm de política de informação é também limitado ao jogo político entre Estado e sociedade civil.	JARDIM, J. M.; MARCONDES, C. H. Políticas de Informação Governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil. DataGramaZero , v. 4, n. 2, abr. 2003. BARRETO, A. de A. Políticas Nacionais de Informações: discurso ou ação. DataGamaZero , v. 4, n. 2, abr. 2003.
2012	1991	Hernon, Relyea, 1991, p. 176 <i>apud</i> Jardim, Silva, Nharreluga	[...] um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e gestão do Ciclo Vital da Informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação e eliminação da informação. Política de informação compreende o acesso à, e uso da informação (HERNON; RELYEA, 1991, p. 176 <i>apud</i> JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 6).	JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. Perspect. Ciênc. Inf. , Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, Apr. 2009
2017	2009	Jardim, Silva, Nharreluga	[...] políticas de informação adquirem uma nova dimensão entre as políticas públicas (governos de diferentes países passaram a reorientar suas estratégias com relação ao desenvolvimento da área de informação), implicando em simultâneo a redefinição de seu escopo e abrangência (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 8).	JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, R. S.; Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. Perspectivas em Ciência da Informação , v. 14, n. 1, jan./abr. 2009. p. 2-22.
2018	2006	Jardim	Jardim (2006), porém, alerta para os riscos de definições similares e as crítica, ressaltando que a noção de política de informação tende a ser naturalizada e a designar diversas ações e processos do campo informacional: arquivos, bibliotecas, internet, tecnologia da informação, governo eletrônico, sociedade da informação, informação científica e tecnológica, etc. Esse autor sublinha que um conjunto de ações governamentais, no campo da informação, não resulta necessariamente na constituição de uma política de informação. Antes é preciso que se defina programas e projetos, assim como um universo geográfico, administrativo, econômico,	JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios atores e processos. Arq. & Adm. Rio de Janeiro, v.5, n.2, jul/dez. 2006.

			temático, social e informacional a ser contemplado pela política. Mais ainda, é necessário o estabelecimento de metas que devem ser atingidas, devendo ser responsabilizados atores do Estado e da sociedade para elaborar, implementar, controlar e avaliar essas políticas.	
2008	2008	Jardim	Uma política de informação é mais que a soma de um determinado número de programas de trabalho, sistemas e serviços. É necessário que se defina o universo geográfico, administrativo, econômico, temático, social e informacional a ser contemplado pela política de informação. Da mesma forma, devem ser previstos os diversos atores do Estado e da sociedade envolvidos na elaboração, implantação, controle e avaliação dessas políticas. (JARDIM, 2008)	JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i> , 9., 2008, São Paulo. Anais [...] . São Paulo: USP, 2008.
2019	2009	Jardim, Silva, Nharreluga	[...] um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos interrelacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação e eliminação da informação. Política de informação compreende o acesso à, e uso da informação (JARDIM, SILVA, NHARRELUGA, 2009, p. 9).	JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. Perspectivas em Ciência da Informação , v.14, n.1, p.2-22, jan./abr. 2009.
2017	2008	Jeanneret	A política de informação refere-se a uma tomada de consciência real de tudo o que contribui para a construção dos conteúdos informacionais entre os homens e a tudo que contribui para a produção da informação para a sociedade (JEANNERET, 2008).	JEANNERET, Yves. La relation entre médiation et usage dans les recherches en information-communication. 1º Colóquio Mediações e Usos de Saberes e Informação: um diálogo França/Brasil. Anais [...] . Rio de Janeiro: Rede Mussi, 2008, p.37-59.
2017	2012	Pinheiro	Para Pinheiro (2012, p.67), uma política de informação seria “Aquela que engloba leis e regulamentos que lidam com qualquer estágio da cadeia de produção da informação, desde a sua criação, processamento (natural ou artificial), armazenamento, transporte, distribuição, busca, uso e a sua destruição”.	KERR PINHEIRO, M. M. Estado informacional: implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI. Varia História , Belo Horizonte, v.28, n. 47, p. 61-77, jan/jun., 2012.
2018	2012	Kerr Pinheiro	[...] a nomenclatura política de informação utilizada pelo Estado informacional pode sofrer variações e ser implementada segundo planos e programas, o que não caracteriza a ausência de uma política de informação (KERR PINHEIRO, 2012).	KERR PINHEIRO, M.M. Estado informacional. Implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI. Varia História , v.28, n.47, p.61-77, 2012. D
2009	1989	Weingarten (1989 <i>apud</i> Kerr Pinheiro)	Para Weingarten (1989 <i>apud</i> KERR PINHEIRO, 2001, p.77) a política de informação deve ser flexível, dinâmica respondendo às mudanças que ocorrem em maior velocidade pelo surgimento das TICs.	KERR PINHEIRO, Marta M. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os Estados nacionais e blocos regionais. Ciência da Informação , Brasília, v. 28, n. 2, maio/ago. 1999.
2011	1987	Lemos	De fato, tanto o conceito quanto as práticas de política de informação serão sempre relacionais porque se reportam ao que é temporal e geográfico, uma vez que as necessidades de	LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Política de informação em Ciência e Tecnologia. <i>In: CONGRESSO BRASILEIRO DE</i>

			desenho de determinada política condicionam-se inexoravelmente a fatores históricos e sociais objetivos (LEMOS, 1987).	BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 14., 1987, Recife. Anais [...] . Recife: [s.l.], 1987.
2011	1987; 1991	Lemos, Silva	[...] o entendimento que a área de Ciência de Informação teve em tem de política de informação oscila em movimento de aderência a esses processos. No Brasil, por exemplo, o conceito predominante até a década de 1980 relacionava-se especificamente às ações do Estado, portanto, referia-se às políticas públicas, conforme se pode observar em Lemos (1987) e Silva (1991). Neste caso, política de informação refere-se à decisão governamental em relação ao direcionamento das atividades do setor de informação.	LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Política de informação em Ciência e Tecnologia. <i>In</i> : CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 14., 1987, Recife. Anais [...] . Recife: [s.l.], 1987. SILVA, Terezinha Elisabeth da. Política de informação na pós-modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil. Informação e Sociedade : Estudos, v.1. n.1, p. 1-8, 1991.
2008	1998	Lévy	as políticas de informação devem implicar ações que contribuam para refletirmos sobre o conhecimento como algo que não pertence a uma só pessoa ou a um grupo privilegiado, mas à humanidade (LÉVY, 1998).	LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço . São Paulo: Loyola, 1998.
2009	2009	Lima <i>et al.</i>	A política de informação deve redirecionar ou preservar o regime de informação vigente, conforme as metas do desejável e possível para os atores que partilham uma esfera coletiva de ação.	LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de et al. Regime de informação e esfera pública em arranjos produtivos locais. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. Anais [...] . João Pessoa: UFPB, 2009
2017	2011	Magnani, Kerr Pinheiro	Na ciência da informação o conceito de política de informação também está ligado a outros processos de desenvolvimento científico e tecnológico conforme afirmam Magnani e Kerr Pinheiro (2011)	MAGNANI, M. C. B.; KERR PINHEIRO, M. M. "Regime" e "Informação": a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. Liinc em Revista , v.7, n.2, set. 2011, Rio de Janeiro. p. 593-610.
2017	2017	Massensini, Frota	Por isso, a política de informação deve ser contemplada como algo simultaneamente intangível e tangível, que surge como expressão do campo simbólico, das ideias, e atinge o campo das práticas. Para que as práticas sejam implementadas, torna-se necessário analisar as formas pelas quais essa política se efetiva. (MASSENSINI; FROTA, 2017)	MASSESENSINI, R. L.; FROTA, M. G. C. A proposição de um modelo teórico para análise da implementação da lei de acesso à informação. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. Anais [...] . Marília: UNESP, 2017.
2018	2018	Massensini, Frota, 2018	As políticas de informação são normas que buscam regular determinadas redes informacionais e suas dialéticas no território. (OS AUTORES)	MASSESENSINI, R. L.; FROTA, M. G. C. Democratização do acesso à informação: a agenda positiva no cone sul. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. Anais [...] . Londrina: UEL, 2018.
2018	2018	Ogécime, Moura	[...] políticas de informação devem ser entendida como um processo que envolve fatores econômicos, culturais e organizacionais. (OGÉCIME; MOURA, 2018)	OGÉCIME, M.; MOURA, M. A. Políticas de informação para a sociedade da informação e do conhecimento: elementos constitutivos, dimensões e análise na perspectiva da ciência da informação. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. Anais [...] . Londrina: UEL, 2018.

2018	2016	Ogecime	[...] as políticas de informação supõem o estudo das orientações e diretrizes que regem a atuação dos diferentes setores ou grupos da sociedade na transferência da informação, sua disponibilidade, seu acesso e recuperação como meio de comunicação de informação entre pessoas e entidades geradoras e usuários da informação (OGECIME, 2016).	OGECIME, Mardochée. Um olhar sobre políticas da informação na sociedade contemporânea . Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2016.
2011	2011	Pinheiro	As políticas de informação tornam-se sub-produtos de tecnologias, marcadas pelos termos conectividade, inclusão digital, banda larga, satélites, telecentros, arquivos abertos, software livre, e-gov, online. E esta virtualização das políticas em torno da informação dificulta ainda mais a sua percepção pela sociedade, pois diferentemente das políticas econômica, de saúde, de educação, elas abordam um objeto intangível.	PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Política de informação como documento público no estado informacional. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. Anais [...] . Brasília: UNB, 2011.
2011	2011	Pinheiro	É importante ressaltar que a política de informação, quando documentada de forma clara, transforma-se em um dispositivo de mediação das necessidades informacionais da sociedade a qual ela se destina.	PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Política de informação como documento público no estado informacional. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. Anais [...] . Brasília: UNB, 2011.
2009	2008	Pinheiro	O documento político de uma política de informação deve ser porta-voz da sociedade, uma maneira constitutiva de estabelecimento de um espaço de negociação, para que o processo de tradução se efetive, onde cada grupo social possa ser representado. Se a política não determina este espaço, os direitos e deveres não serão reconhecidos e o pertencimento torna-se figurativo e não respalda as instituições públicas. (PINHEIRO, 2008)	PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Políticas de informação e estado informacional. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. Anais [...] . João Pessoa: UFPB, 2009
2009	1996	Rowlands	Rowlands (1996) sintetiza a política de informação como um conjunto de leis públicas, regulamentos e políticas que fomentem ou regulem a criação, o uso, o estoque e a comunicação da informação.	ROWLANDS, I. Understanding information policy: concepts, frameworks and research tools. Journal of Information Science , v. 22, n. 1, p. 13-25, 1996.
2011	1996	Rowlands	Política de informação é um conjunto de leis, regulamentos e diretrizes que incentivam a criação, armazenamento da comunicação da informação, bem como sua disseminação, recuperação e uso (ROWLANDS, 1996, p. 14, tradução nossa).	ROWLANDS, Ian. Understanding information policy: concepts, frameworks and research tools. Journal of Information Science , v. 22, n. 1, p. 13-25, 1996.
2009	2004	Schwarzelmüller <i>et al.</i>	A política informacional, portanto, é uma “decisão governamental, que regula todas as atividades do setor e é resultado de uma correlação de forças dentro do âmbito do Estado” (SCHWARZELMÜLLER <i>et al.</i> , 2004, p.2).	SCHWARZELMÜLLER, Anna F. <i>et al.</i> Políticas públicas de informação no Brasil: norte, nordeste e centro-oeste. <i>In</i> : CIFORM Encontro Nacional de Ciência da Informação, 5, 2004, Salvador. Anais [...] . Salvador: CIFORM, 2004.

2018	2015	Shaffer	A política de informação organizacional e institucional deve orientar a tomada de decisões e as ações em torno do uso e do gerenciamento de informações dentro de uma organização ou país, a fim de apoiar e alcançar os resultados desejados por metas específicas. O monitoramento e a avaliação contínuos na aplicação da política de informação permitem que uma organização, ou o sistema administrativo nacional, avalie e reaja a rápidas mudanças evolutivas nas paisagens sociais, econômicas, políticas e tecnológicas (SHAFFER, 2015). / A política de informação pode e deve ser desenvolvida em diversos níveis organizacionais e se distribuir em diferentes níveis geográficos, que podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais (SHAFFER, 2015; FRANKS, 2015).	SHAFFER, Elizabeth. Information Policy. <i>In: DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. Encyclopedia of archival science</i> . Maryland: Rowman & Littlefield, 2015, p. 233-236.
2011	2011	Silva, Pinheiro	[...] recorrência das ideias de diretrizes, leis, metas, conjunto de regras, normas e regulação que sempre são mencionadas nas definições de política de informação.	SILVA, Terezinha Elisabeth da; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Políticas de informação no âmbito do ENANCIB. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i> , 12., 2011, Brasília. Anais [...] . Brasília: UNB, 2011.
2011	2011	Silva, Pinheiro	[...] pode-se dizer que política de informação é o conjunto de ações e/ou regras para obtenção e/ou direção / produção / divulgação e fluxo de informação em um determinado contexto.	SILVA, Terezinha Elisabeth da; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Políticas de informação no âmbito do ENANCIB. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i> , 12., 2011, Brasília. Anais [...] . Brasília: UNB, 2011.
2009	2009	Silva, Tomaél	[...] política de informação elaborado por Gonzales de Gómez a ideia de atuação quase que exclusiva do Estado como responsável – no embate com a sociedade civil – pela formulação desses marcos regulatórios. Isto é compreensível em razão da força do Estado brasileiro como ator que direciona e impõe políticas (SILVA; TOMAÉL, 2009).	SILVA, Terezinha Elisabeth da; TOMAÉL, Maria Inês. Política de informação: tendências internacionais. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i> , 10., 2009, João Pessoa. Anais [...] . João Pessoa: UFPB, 2009.
2009	2009	Silva, Tomaél	O aspecto regulatório ainda tem papel muito importante no âmbito de estudo da política de informação, porque, em última instância é a regulação que seria capaz de promover maior equilíbrio das condições de produção, distribuição, acesso e uso dos recursos de informação e comunicação.	SILVA, Terezinha Elisabeth da; TOMAÉL, Maria Inês. Política de informação: tendências internacionais. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i> , 10., 2009, João Pessoa. Anais [...] . João Pessoa: UFPB, 2009.
2009	2009	Silva, Tomaél	[...] política de informação, mostrando evidente domínio de questões pertencentes a ambientes mais prosaicos e privados, revelando que normas e regulações têm sido criadas na prática pela sociedade, sem necessariamente passar pelo âmbito do Estado.	SILVA, Terezinha Elisabeth da; TOMAÉL, Maria Inês. Política de informação: tendências internacionais. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i> , 10., 2009, João Pessoa. Anais [...] . João Pessoa: UFPB, 2009.
2007	1994	Strassmann	[...] uma política de informação cobre os objetivos, diretrizes, práticas e intenções organizacionais que servem para fortalecer as decisões locais (STRASSMANN, 1994).	STRASSMANN, Paul A. The politics of information management: policy guidelines . Connecticut: Information Economics Press, 1994.

2008	2008	Terra	Neste sentido será útil esclarecer que entendemos por “política de informação” o conjunto estruturado de princípios, normas, ações e instituições destinadas a enquadrar o processo informacional (incluindo a produção, organização, acesso e uso da informação) num contexto determinado (Estado ou organização nacional ou internacional) tendendo para a otimização do aproveitamento deste recurso de acordo com objectivos globais pré-determinados. (TERRA, 2008)	TERRA, Ana Lúcia. Uma vertente da política de informação das instituições europeias: a transparência e o acesso aos documentos. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i> , 9., 2008, São Paulo. Anais [...] . São Paulo: USP, 2008.
2011	2006	Uhlir	Neste sentido, uma política de informação deve ser concebida para orientar as ações que estejam focadas na “produção e disseminação da informação pública, que satisfaça as necessidades dos cidadãos [...]” (Uhlir, 2006, p.17), com especial atenção para os menos favorecidos.	UHLIR, P. F. Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público . Brasília: Unesco, 2006.
2009	2006	Uhlir	Neste sentido, uma política de informação deve ser concebida para orientar as ações que estejam focadas na “produção e disseminação da informação pública, que satisfaça as necessidades dos cidadãos [...]” (UHLIR, 2006, p. 17).	UHLIR, P. F. Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público . Brasília: UNESCO, 2006.
2008	2006	Uhlir	[...] uma política de informação deve ser concebida para orientar as ações que estejam focadas na “produção e disseminação da informação pública, que satisfaça as necessidades dos cidadãos [...]” (UHLIR, 2006, p. 17)	UHLIR, Paul F. Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público . Brasília: UNESCO, 2006.
2009	2009	Vargas, Pinheiro	[...] política de informação corresponde a mecanismos sociais que controlam a informação e seu uso para gerar conhecimento. Portanto, deve ser pensada e refletida coletivamente segundo o contexto, as necessidades, as capacidades e as carências sociais do local, para assim atuar de forma diferenciada e planejada no global. (VARGAS; PINHEIRO, 2009)	VARGAS, Diana Alexandra Cubillos; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Política e sociedade da informação: reconfiguração e força. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i> , 10., 2009, João Pessoa. Anais [...] . João Pessoa: UFPB, 2009
2009	2009	Vargas, Pinheiro	Portanto, para a construção de uma política é importante criar um espaço de comunicação e de atores participantes (contexto social) onde se reconheçam as necessidades, as forças, as debilidades e as fortalezas do Estado. (VARGAS; PINHEIRO, 2009)	VARGAS, Diana Alexandra Cubillos; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Política e sociedade da informação: reconfiguração e força. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i> , 10., 2009, João Pessoa. Anais [...] . João Pessoa: UFPB, 2009